



FORMAÇÃO DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

CURSOS REGIONAIS
manual do técnico

04 a 08 de agosto de 2008

Campo Grande MS

Contagem MG

Itajaí SC

João Pessoa PB

11 a 15 de agosto de 2008

Porto Velho RO

FORMAÇÃO DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

CURSOS REGIONAIS
manual do técnico

04 a 08 de agosto de 2008

Campo Grande MS

Contagem MG

Itajaí SC

João Pessoa PB

11 a 15 de agosto de 2008

Porto Velho RO



Secretaria Nacional de Economia Solidária Ministério do Trabalho e Emprego



SUMÁRIO

Programação

Detalhamento das Atividades

Textos de apoio

- O que é Economia Solidária? - Euclides Mance (fragmento)
- Caminhos e Descaminhos da Inclusão - Gonçalo Guimarães
- Os empreendimentos da Economia Solidária - Gabriel Kraychete (fragmento)
- A via sustentável-solidária - Genauto de Carvalho França Filho (fragmento)
- Marco Legal para a Economia Solidária - Euclides Mance (fragmento)
- Os vazios das abordagens ao desenvolvimento alternativo - Boaventura de Sousa Santos (fragmento)

Textos complementares

- Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil - Ângela Schwengber
- Economia Popular Solidária: Paisagens e Miragens - Gabriel Kraychete
- "Políticas Públicas para o Desenvolvimento Solidário do Brasil" - I Conferência Nacional de Economia Solidária
- Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política - Karl Marx

Instrumento 1

Quadro 1

Avaliação

Textos de Apoio

O que é Economia Solidária ?

Conceito Gerador de Emancipação Socioeconômica

A Economia Solidária se caracteriza por relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. Esta nova prática de produção e consumo privilegia a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

Baseia-se numa concepção de desenvolvimento socioeconômico ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, capaz de reorganizar os processos de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e da justa distribuição da riqueza socialmente produzida. As manifestações da Economia Solidária são diversas, dentre as quais se destacam: grupos informais e cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços; entidades e grupos de crédito solidário e fundos rotativos; grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); empresas recuperadas e de autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, entre outras iniciativas.

A Economia Solidária vem crescendo no atendimento de demandas imediatas por trabalho e consumo dignos, não apenas para as pessoas marginalizadas sob a lógica do capital, mas também vem gestando as bases de um novo sistema socioeconômico, capaz de integrar solidariamente toda a sociedade.

*texto adaptado de Mance, Euclides. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil. I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Caminhos e descaminhos da inclusão

Gonçalo Guimarães *

É importante esclarecer e aprofundar o debate sobre o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP) como instrumentos de inclusão social. Desde 1995, na Coppe/UFRJ, quando surgiu a primeira ITCP, algumas questões são recorrentes. De que maneira dividem um mesmo espaço o popular e o tecnológico? Tradicionalmente, as incubadoras sempre foram de alta tecnologia, de olhos voltados para o mercado e a geração de novos empregos, com o claro papel de inserção no campo da economia.

O questionamento em relação às ITCPs que se multiplicaram em todo o país – consolidando, em um primeiro momento, uma rede universitária nacional e, em um segundo, uma das mais importantes referências da atual política pública de economia solidária –, estava centrado no fato de propormos a inclusão social e econômica. Havia aí uma mudança cultural efetiva, no significado do que entendemos como população excluída. A discussão, aparentemente conceitual, trazia no seu bojo um novo olhar sobre as relações de trabalho, o papel da universidade, o mercado de trabalho e, especialmente, outro olhar para o público-alvo: os excluídos.

Tomemos a cidade do Rio de Janeiro como exemplo. Nela, existem hoje duas visões muito fortes. Dentro de uma mesma cidade temos o território dos incluídos e o território dos excluídos, o território das favelas. E isso acontece porque é exatamente aí onde as relações sociais e econômicas se dão. O fato de estarmos no mesmo espaço físico não significa que estamos no mesmo território. Ou seja, a cidade-favela tem suas próprias regras, suas leis e seus códigos sociais. A imagem e o sentimento de um Rio de Janeiro dividido, para quem vive essa realidade, são muito marcantes. A exclusão se traduz como algo que é a “não-cidade”.

Usando a Barra da Tijuca como símbolo, constatamos que nela a população que disputa a praia, muito embora esteja no mesmo espaço físico, não fincou suas bandeiras e raízes no mesmo território. Existem situações, inclusive, nas quais esses territórios sequer se falam. Como desenvolver, na prática, um projeto de inclusão se entendemos que a exclusão é a “não-cidade”?

O favelado do Rio é carioca. São 200 anos de quilombolas nas suas áreas centrais. Portanto, é diferente de outras cidades, onde o argumento da imigração justifica a periferia. O que está em jogo nessa exclusão? São questões centrais para se discutir a construção dos instrumentos de inclusão.

O fator econômico é sempre a referência quando se fala de inclusão. Na FGV, onde é bem conhecida a pirâmide de distribuição de renda do Brasil, é exatamente a distribuição de renda que define a linha da pobreza ou a linha da exclusão. Ou seja, restringe-se a exclusão a uma única dimensão – a econômica. Periodicamente, os governos informam aos seus atores quantas pessoas estão na inclusão e qual o contingente de excluídos.

O que traduz a dimensão da exclusão? Consideremos dois cidadãos cariocas com a mesma renda, acima da renda mínima de um salário mínimo por família. Os dois ganham entre R\$

1.200 e R\$ 2.000. Mas, um é motorista de táxi e o outro professor universitário. O motorista mora numa favela. Apesar de ser um profissional com renda mensal superior a um salário mínimo, situado acima da faixa de exclusão, ao avaliar-se o meio ambiente em que vive, haverá dificuldade de considerá-la incluído, o que não ocorre com o professor universitário. Da mesma forma, uma diarista pode até ganhar R\$1.500, mas certamente estará numa área de exclusão. Ou, pelo menos, vamos identificá-la socialmente, num primeiro momento, como excluída.

É verdade que quem recebe menos de um salário mínimo é excluído. Entretanto, não é verdade que o simples aumento da renda diminui o grau de exclusão. Há outra enorme diferença a separar os que moram nos distintos territórios da nossa cidade. Essa diferença precisa ser entendida e avaliada.

A atriz Regina Casé retrata muito bem isso quando traz à tona o mundo da periferia. Ela traz para as nossas casas, via televisão, outro país, totalmente desconhecido da maioria dos brasileiros. De um lado, joga-se capoeira. Do outro, ouve-se orquestra sinfônica.

Esse é um ponto fundamental que nos leva de volta às incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: a exclusão não está na renda. Essas pessoas que vivem e moram na “não-cidade”, sem emprego e sem acesso à informação, também estão excluídas do crédito oficial. São todos aqueles que não conseguem aprovar pedidos de crédito na Caixa Econômica Federal.

E isso ocorre em todas as faixas de renda. Você pode ter uma remuneração de 50 salários mínimos. Faz banheiro, mas não tem saneamento. Compra carro, mas não tem pavimentação. Compra e não tem. Por quê? Simplesmente porque saneamento e pavimentação são bens públicos, são geridos por uma política pública da qual os moradores do “outro” Rio de Janeiro estão excluídos. Com o crédito ocorre o mesmo processo, porque não é a vontade do gerente que modifica a realidade. Ela é fruto de políticas públicas. É regulamentada pelo Banco Central e outras instâncias. São as políticas públicas de acesso ao crédito, acesso à informação e acesso à educação que excluem, tanto do ponto de vista social quanto do econômico, esse contingente de “não-cidadãos”, ou cidadãos de segunda categoria, habitantes da “não-cidade”.

A exclusão está ligada ao bem público e não à renda, apesar de a renda condenar à exclusão. E o que diferencia o motorista de táxi do professor é a informalidade. Na informalidade, há que se considerar o trabalho que o cidadão desenvolve, o crédito que ele obtém e o lugar onde mora.

Não mais do que 40% do território de qualquer região metropolitana são áreas regularizadas. Temos de 60% a 70% de áreas metropolitanas no Brasil sem regularização fundiária. Para abrir um negócio, basta ir à prefeitura e solicitar o alvará, mas desde que se more na área regularizada. Ou seja, a legalização do negócio está ligada à propriedade da terra.

Essa é uma questão vital para que se decidam caminhos eficazes de políticas de inclusão. A ilegalidade é fruto do contexto de vida do cidadão. Não é só a “birosca” ou a lojinha que

é ilegal. Seus donos são ilegais onde moram, na documentação que têm, no acesso à educação, ao crédito, ao mercado.

Perder de vista essa realidade pode induzir a uma política totalmente equivocada de legalização dos empreendimentos, mas não do cidadão. Mesmo tendo seus empreendimentos legalizados, sua vida estará toda na informalidade, se não considerarmos o contexto no qual a empresa, o cidadão e essa política não estão integrados. Para que o cidadão possa trabalhar, o contexto que insere a empresa também o deverá inserir.

Outro erro absoluto na cultura política brasileira é confundir pobreza com informalidade. Quando se dá o exemplo de um motorista de táxi ou de um camelô, fala-se de exclusão, e não de pobreza. Muitos grupos que estão na informalidade têm uma renda maior do que muitos que estão no mercado formal. Pobreza é a debilidade de quem não tem renda. Informalidade é o empreendimento em um mercado informal.

São equívocos que, na macroeconomia, levam o Brasil a confundir as políticas de desenvolvimento com as políticas sociais, como ocorre hoje com as linhas do programa Bolsa Família. Todas essas linhas políticas agem para acabar com a pobreza com geração de trabalho e renda, como se essa passagem fosse natural. Esquecem que existem pessoas que estão na formalidade, mas são pobres. O aposentado que sustenta a família com um salário mínimo é pobre, está na linha da pobreza, mas não é informal e nem gera renda. Ao contrário, o camelô e o artista plástico, que são informais, têm atividades, são empreendedores, sabem negociar e não precisam de política social. Precisam de crédito e de acesso aos processos de legalização. Precisam de política pública.

É preciso saber distinguir o que é política social, o que é pobreza e o que é informalidade, para não continuarmos chamando políticas de combate à informalidade de políticas contra a pobreza. As incubadoras de cooperativas populares não atuam no campo das políticas sociais. Combatem a pobreza, num campo onde são necessárias as políticas públicas.

É real que existem deficientes físicos e problemas socioambientais que, obviamente, só políticas sociais vão capacitar para a mudança. Mas no amplo universo do empreendedorismo identificamos que as pessoas precisam se potencializar, já que estão na informalidade, mas no aspecto social contido em seu cadastro, no seu documento de vida e no seu registro. Enquanto continuarmos atrelando o trabalho à propriedade privada, a necessidade do alvará estará ligada à propriedade de terra. Isso tem 200 anos. A Lei da Terra, promulgada em 1820, permanece até hoje. Por que temos de provar que somos proprietários para poder abrir nossa atividade? Por que nessa questão não se adora o mesmo procedimento da Light, que desvinculou a concessão de luz da propriedade do imóvel? Antigamente, na Light, quem era cadastrado era o imóvel. Hoje, é o cidadão. Desvinculou-se a propriedade do trabalho, permitindo maior elasticidade.

Enquanto o empreendimento for atrelado à propriedade, somente aqueles que estão no mundo dos regularizados terão direito ao trabalho. O resto será condenado à informalidade por falta de um alvará. O cidadão pode até fazer tudo correto: trabalhar, ter sua contabilidade e produzir, porém, está preso à informalidade porque os acessos privilegiados ao território da comercialização são restritos.

É essa política que precisa ser alterada. Caso contrário, só vamos acirrar o dramático sentimento de revolta contra políticas que humilham ou viciam o cidadão.

* Gonçalo Guimarães tem graduação e mestrado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado pela Universidade de São Paulo. Desde 1995 é coordenador da ITCP/Coppe/UFRJ, com experiência na área de ciência política, com ênfase em políticas públicas.

Os empreendimentos da Economia Solidária

Gabriel Kraychete *

Projetando-se no âmbito de uma prática social transformadora, o tema da economia solidária suscita várias controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para definir, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se, por exemplo, em economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia popular e solidária e sócio-economia solidária.

Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam utopias. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar.

Uma primeira informação mais abrangente sobre o “estado da arte” dos empreendimentos da economia solidária foi proporcionada pela pesquisa realizada pela Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES, com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.[1] Conforme o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004) foram considerados como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuam as seguintes características:

- a. organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), supra-familiares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou co-proprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b. as atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;
- c. organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

As primeiras tabulações desta pesquisa permitem delinear as seguintes características dos empreendimentos associativos:

- a) foram identificados quase 15.000 empreendimentos em 2.274 municípios (o que corresponde a 41% do total de municípios do país), envolvendo mais de 1,2 milhão de pessoas (possivelmente estes números são maiores, pois o mapeamento não alcançou todos os municípios em vários estados do país);

b) o trabalho associativo tem sido majoritariamente decorrente do esforço e dos recursos exclusivos dos próprios trabalhadores. Pode-se supor que a dependência de recursos dos próprios associados ou de doações cerceia o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos, e compromete as condições necessárias à sustentabilidade dos mesmos. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação, constitui-se numa "travessia no deserto", onde é plausível supor a existência de iniciativas que sucumbem durante o percurso;

c) a maior parte dos grupos se estruturou a partir nos anos 1990. As principais razões que motivam a criação dos empreendimentos associativos são a busca de alternativas de trabalho diante do desemprego, a obtenção de maiores ganhos e de uma fonte complementar de renda;

d) predominam os empreendimentos que atuam na área rural. Os empreendimentos que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 33% do total. Os empreendimentos associativos no meio rural possuem características peculiares em relação aos tipicamente urbanos. Se, por exemplo, uma atividade de agricultores familiares não obtém êxito na comercialização coletiva de seus produtos, eles têm a opção de retornarem à forma tradicional em que se inseriam no mercado, nem que seja vendendo para o atravessador local. No caso dos empreendimentos urbanos, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem mais intensa para os associados, sobretudo na situação em que os mesmos não possuem outra fonte de renda;

e) apenas 38% dos empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra. Entre os empreendimentos que declararam o ganho dos associados, mais de 50% recebem o equivalente a até meio salário e 26% entre meio e 1 SM. Embora a obtenção de uma fonte complementar de renda apareça como um dos principais motivos para a organização dos empreendimentos, é plausível supor que esta renda seja a complementação de outra igualmente precária;

f) os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se principalmente para o mercado, sobretudo os mercados locais. Apenas 6% produzem exclusivamente para o auto-consumo dos sócios. Como já assinalado, entretanto, os resultados econômicos obtidos são muito frágeis;

g) quase todos os grupos já receberam algum tipo de assessoria, que se concentram, sobretudo, nos aspectos técnicos dos empreendimentos e nos princípios do cooperativismo e do associativismo. Mas os grupos se ressentem, nitidamente, de um maior apoio na elaboração e entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade econômica dos empreendimentos;

h) a maior parte dos empreendimentos (60%) tem alguma relação ou participa de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares.

Estes dados revelam que os empreendimentos da economia solidária apresentam grandes dificuldades e fragilidades, ainda pouco analisadas. Embora tenha sido identificado um número expressivo de empreendimentos, estes dados sugerem conclusões cautelosas

sobre o lugar atualmente ocupado por estes empreendimentos como uma alternativa em larga escala para os mais de 8 milhões de desempregados e 48 milhões de trabalhadores que exercem trabalho precário.

* texto extraído de Kraychete, Gabriel. Economia popular solidária - Paisagens e Miragens.

A via sustentável solidária

Genauto de Carvalho França *

A concepção sustentável-solidária parte da premissa segundo a qual em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual. Mas, ao contrário, considera-se que se as razões para o problema da falta de trabalho encontram motivos, sobretudo, de natureza estrutural. Logo, suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas, isto é, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais.

É assim que uma tal concepção enfatiza a importância dos territórios. Ou seja, aposta-se na capacidade dos territórios em serem sustentáveis, mesmo aqueles aparentemente mais carentes. Considera-se como premissa fundamental nesta visão a valorização de soluções endógenas a partir da idéia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas. Afinal de contas, qual solução pode ser considerada sustentável se não estiver assentada nas próprias raízes locais? Em outras palavras, uma tal solução questiona as formas de desenvolvimento baseadas exclusivamente na atração de investimentos externos.

O modo de realização desta concepção sustentável-solidária passa pela idéia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local.

A economia solidária pode ser definida como “uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio-produtivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus” (França Filho e Laville, 2004:15).

* retirado do texto A via sustentável-solidária no desenvolvimento local, de Genauto Carvalho França Filho. Mimeo

Marco Legal para a Economia Solidária

Euclides Mance *

A constituição de um Marco Legal, de um Estatuto da Economia Solidária que lhe confira direitos e legitimidade para ser reconhecida como um setor da Economia, diferente do Setor Privado e do setor Estatal é um dos grandes desafios ao movimento brasileiro. Trata-se de configurar o direito ao trabalho associado e a conquista de cidadania substantiva, porque baseada na atividade socioeconômica, a milhões de trabalhadores/as e consumidores/as hoje excluídos das relações de trabalho e consumo baseados no assalariamento.

Outra perspectiva importante é a construção de políticas públicas que levem em conta as especificidades da economia solidária, em toda a sua diversidade de manifestações. Ou seja, que a Economia Solidária seja reconhecida e contemplada na construção de políticas públicas que sejam de fato socialmente e estruturalmente emancipatórias. Neste sentido, vale citar experiências em estados como Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, onde foram aprovadas leis estaduais específicas à economia solidária. Caberá igualmente ao Conselho Nacional de Economia Solidária gestar propostas qualificadas na perspectiva de construção de políticas públicas de economia solidária.

Como exemplo de outras ações vinculadas ao Marco Legal da Economia Solidária e Finanças Solidárias, podem ser elencados alguns programas e Ações:

O Banco de dados do Marco Jurídico da Economia Solidária no país (a ser disponibilizado via Internet) prevê a sistematização de toda a constelação de leis existentes no país que, de alguma maneira, estão relacionadas e são de interesse à Economia Solidária.

A Lei do Cooperativismo e das Cooperativas de Trabalho no Brasil não favorece a legalização de empreendimentos solidários, pois não dá conta de suas especificidades e diversidade de formas de manifestação. Considerando que a legislação vigente não contempla a complexidade e a realidade da Economia Solidária, faz-se necessário propor e formular um Estatuto do Empreendimento Autogestionário/Solidário, pois apesar desta nova configuração social da sociedade brasileira representada pelo crescimento e fortalecimento da economia solidária, este fenômeno, que envolve uma diversidade de relações e instituições, ainda não possui um correspondente jurídico adequado para dar conta de sua complexidade e realidade.

Muitas das iniciativas do campo da economia solidária se utilizam da forma jurídica da cooperativa para se regularizar. Contudo, a legislação cooperativista existente hoje, a lei 5.764 de 1971, é limitada para dar conta da realidade de todas estas experiências. Diante disto, a questão do Marco legal da Economia Solidária é um dos eixos que constitui a plataforma do Movimento de Economia Solidária. De fato, os empreendimentos econômicos solidários tem na questão legal uma de suas preocupações, e apresentaram a questão do Marco jurídico como um dos gargalos que precisam ser trabalhados para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.

* resumido e adaptado de Mance, Euclides. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil. I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Os vazios das abordagens ao desenvolvimento alternativo

Boaventura de Souza Santos *

As várias propostas de desenvolvimento alternativo têm tido um impacto importante no pensamento e nas políticas sobre as economias da semiperiferia e da periferia e (...) fazem hoje parte das estratégias e dos argumentos contra a globalização neoliberal, tanto nessas zonas quanto no centro do sistema mundial. Além de terem dado lugar a milhares de projetos econômicos comunitários, as propostas deste tipo tiveram uma influência notória na transformação gradual do enfoque de numerosas ONGs e governos em relação ao desenvolvimento. Inclusive, tiveram um papel na modificação, bastante lenta, da aproximação ortodoxa dos programas de desenvolvimento empreendidos por agências internacionais, como parece sugerir a preocupação declarada do Banco Mundial com programas de desenvolvimento comunitário e de microcrédito nos anos 1990. Também a visão do desenvolvimento alternativo contribuiu para introduzir, em múltiplos fóruns e tratados internacionais, temas centrais deixados de lado pela abordagem ortodoxa, como a preservação do meio ambiente, o respeito pela diversidade cultural e o impacto do desenvolvimento econômico convencional sobre os homens e as mulheres dos países pobres.

Não obstante, em nossa opinião, as propostas têm uma limitação importante para a construção de alternativas econômicas emancipadoras, que deriva da sua ênfase exclusiva na escala local. Se bem que esta ênfase tenha permitido ao desenvolvimento alternativo colocar no centro da discussão os efeitos concretos dos programas de desenvolvimento e advogar a transferência de poder para os atores locais, também levou a teoria a reificar o local e a desligá-lo de fenômenos e movimentos regionais, nacionais e globais. Esta concentração no local sustenta-se em uma concepção da comunidade como uma coletividade fechada e indiferenciada cujo isolamento garante o caráter alternativo das suas iniciativas econômicas. De acordo com esta visão, a marginalização dos setores populares cria as condições para a existência (e a deseabilidade) de economias alternativas comunitárias que operam sem conexão com a sociedade e a economia hegemônicas. Isto é especialmente notório nos trabalhos sobre a economia informal que, com frequência, é apresentada como um conjunto de atividades empreendidas exclusivamente por, e para, os setores populares e, por conseguinte, separada da economia formal de que dependem as classes média e alta. Esta visão dualista da economia não só é incorreta do ponto de vista fático – dado que, como demonstram numerosos estudos, existem relações estreitas de dependência mútua entre as atividades econômicas informais e formais (Portes, Castells e Benton, 1989; Cross, 1998) –, como também é contraproducente do ponto de vista prático, porque limita o campo de ação e expansão das formas alternativas de produção, consumo e distribuição de bens ou de serviços aos setores sociais e às atividades econômicas marginalizadas. Um exemplo recente desta tendência encontra-se na contribuição de Burbach (1997) ao debate sobre as economias populares. De acordo com Burbach:

Nas zonas do mundo que o capitalismo desprezou, está ganhando terreno um novo modo de produção constituído pelas que podem ser designadas como “economias populares”, que também denominamos “economias pós-modernas” [Burbach, Nunez e Kagarlitsky, 1997]. Estas economias não competem nem podem competir com o capital transnacional

no processo de globalização. Ocupam as margens, aproveitando as atividades que o mundo transnacional decide desprezar. Este processo histórico assemelha-se à transição do feudalismo ao capitalismo. O capitalismo primeiramente garantiu as margens do feudalismo, avançando lentamente até que se converteu no modo de produção dominante (Burbach, 1997: 18-19).

O problema desta visão é que, como se verifica claramente nos estudos de caso sobre as cooperativas da Índia, de Moçambique e da Colômbia (...), as organizações econômicas populares com frequência precisam “competir com o capital transnacional no processo de globalização” para se manterem vivas e realizarem seus objetivos emancipadores. Com efeito, como demonstra o caso das cooperativas de recicladores na Colômbia, cuja atividade informal de reciclagem está sendo colonizada por grandes empresas de limpeza, o processo que está acontecendo na semiperiferia e na periferia é, com bastante frequência, o oposto ao descrito por Burbach, isto é, a colonização, por parte do capitalismo global, das atividades econômicas e das zonas geográficas que até agora tinham permanecido nas suas margens. Nestes casos, só uma articulação da ação local com estratégias alternativas de incorporação ou resistência em escala regional, nacional ou global pode evitar a extinção das iniciativas locais confrontadas com a concorrência capitalista.

Portanto, uma das tarefas urgentes para os múltiplos enfoques do que aqui tratamos, sob o tema geral de desenvolvimento alternativo, é formular modos de pensamento e ação que sejam ambiciosos em termos de escala, ou seja, que sejam capazes de pensar e atuar em escala local, regional, nacional, e até mesmo global, dependendo das necessidades das iniciativas concretas. Para isso, é preciso passar da imagem da comunidade como uma coletividade fechada e estática (comunidade-fortaleza) para uma imagem da comunidade como uma entidade viva e dinâmica, aberta simultaneamente ao contato e à solidariedade com outras comunidades, em diferentes escalas, e decidida, a defender as alternativas contra-hegemônicas que surjam no seu interior (comunidades-ameba) (Santos, 1995: 485). Uma estratégia monolítica de realocação como resposta à globalização (Mander e Goldsmith, 1994) pode ser não apenas inviável – dada a profunda imbricação atual entre o local e o global –, mas também indesejável, porque a solidariedade gerada no interior da comunidade não se estende a membros de outras comunidades. Este tipo de solidariedade entre alternativas locais é fundamental para a sobrevivência das mesmas e para a consolidação gradual de uma globalização cosmopolita. No campo da produção, a fragilidade das alternativas existentes torna necessária a articulação destas entre si – em condições que devem ser negociadas para evitar a cooptação e o desaparecimento das alternativas –, com o Estado e com o setor capitalista da economia. Esta articulação em economias plurais em diferentes escalas que não desvirtuem as alternativas não capitalistas é o desafio central que enfrentam, hoje, movimentos e organizações de todo o tipo que procuram um desenvolvimento alternativo.

Em busca de alternativas ao desenvolvimento

As origens das discussões e das práticas sobre alternativas ao desenvolvimento estão próximas das do desenvolvimento alternativo. De fato, os autores e organizações que advogam alternativas ao desenvolvimento formulam propostas que coincidem

parcialmente com as dos defensores do desenvolvimento alternativo – v.g., a ênfase no local, a promoção da autonomia comunitária

* Santos, Boaventura de Sousa. org. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, RJ, 2002.

Textos Complementares

Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil : A Contribuição da Rede de Gestores

Ângela Schwengber *

A Rede de Gestores, com o apoio institucional da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ e o patrocínio da Caixa Econômica Federal, realizou durante o ano de 2004 um Ciclo de Debates sobre o papel da economia solidária nas políticas de trabalho, renda e desenvolvimento contribuindo para a elaboração de uma política pública de economia solidária que seja estruturada federativamente e que seja capaz de atuar no combate efetivo às causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social.

No último seminário desse Ciclo, realizado em Porto Alegre/RS, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2004, tendo como tema central “Desenvolvimento Econômico Sustentável e Economia Solidária”, a Rede sistematizou um conjunto de diretrizes do que seria essa política pública de economia solidária, a partir das experiências em curso e dos debates que realizou ao longo do ano. A seguir, apresenta-se essa contribuição ao debate nacional com outros atores que constroem a economia solidária no Brasil.

Concepção da Política Pública

A economia popular solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades econômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de caráter associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que podem promover a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

É um setor que tem ficado invisível para o Estado e suas políticas. O Estado brasileiro está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e todos os seus instrumentos e mecanismos – para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas – não enxergam outras estratégias econômicas que não funcionem nesta mesma lógica. Portanto, a economia dos setores populares, arquitetada sobre outras bases, é vista como residual, subordinada e, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos das crises do capitalismo. Desta forma, é uma economia que tem se difundido apenas com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas residuais ou inadequadas, o que lhes dá poucas oportunidades de romper os círculos de reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor.

O fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, antes pode ser alavanca emancipatória também para beneficiários destas. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade.

É também fundamental, que as políticas de fomento à economia popular solidária percebam a diversidade dos sujeitos desta economia e da diversidade de suas demandas. Desta forma, é necessário estruturar uma política que permita um acesso múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social. São necessárias políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, que permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento econômico.

Finalmente, as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente.

Objetivos da Política Pública

Uma política pública de fomento à economia popular solidária deve perseguir pelo menos os seguintes objetivos:

- Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- Contribuir para a promoção a ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda;
- Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- Contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária;
- Criar mecanismos legais que viabilizem o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;
- Promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;
- Fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária.

Instrumentos da Política Pública

A economia popular solidária demanda instrumentos apropriados nos seguintes eixos:

- Formação, educação básica e capacitação ocupacional;
- Assessoria e assistência técnica para a constituição, incubação e consolidação de empreendimentos populares solidários, bem como para a articulação de arranjos produtivos solidários e para estratégias de desenvolvimento local;
- Desenvolvimento e acesso a tecnologias adequadas;
- Crédito, financiamento e investimento social;
- Constituição e organização da demanda (compras públicas e mercado) e da oferta (logística e infra-estrutura) dos bens, produtos e serviços do setor;
- Marco legal e regulatório adequado ao setor.

Todos estes eixos já têm propostas elaboradas no âmbito do Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária e da própria Rede de Gestores, sistematizados em publicações variadas. Há também uma infinidade de instrumentos já criados por várias administrações públicas que servem de referência. Por esta razão, aqui apenas mencionamos os eixos e afirmamos a necessidade de que eles estejam articulados sempre às estratégias de desenvolvimento e que sejam adequados às demandas e contribuam para a construção do Estado Republicano e Democrático.

Público-Alvo da Política Pública

São aqueles cidadãos e cidadãs que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da economia popular solidária (segundo definição já adotada pela SENAES no Termo de Referência para o Mapeamento do setor).

Terão prioridade os que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda.

É fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e trânsito dentro da política.

Lugar institucional da Política Pública

Criar novas políticas públicas no âmbito do Estado coloca de imediato a questão de onde ela deve estar alocada. Dado o caráter e aos objetivos postos para uma política de fomento à economia popular solidária, o lugar ideal e estratégico é aquele responsável por promover as políticas de desenvolvimento e que tem capacidade de articular ações integradas e intersetoriais.

No entanto, o Estado é um espaço social em disputa e a economia popular solidária é um novo elemento que entra nesta disputa. Sendo assim, o espaço institucional da política de fomento à economia solidária é uma construção e deve levar em conta as realidades distintas de cada município ou estado. Nesta construção, é importante que se busque sempre o lugar que melhor permite avançar na concretização dos objetivos da política e na criação de uma identidade e da visibilidade deste setor.

Relacionamento e papéis dos Entes Federados

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, deve-se buscar uma ação integrada e complementar entre os Entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos.

Integrar e complementar as ações a partir da visão de que os recursos públicos provem de uma única fonte – os cidadãos e cidadãs – permite potencializar o uso e os impactos; aglutinar as forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes e que se fixam cada vez mais como políticas de Estado, como direitos; romper com políticas de balcão e podem ser fatores de estímulo à criação de esferas públicas onde se discute de forma transparente a destinação dos recursos com todos os sujeitos políticos.

Da mesma forma e pelas mesmas razões, é necessário buscar a integração e complementaridade das ações de cada Ente da Federação no seu próprio âmbito. Participação e Controle Social.

Tendo por princípio a construção do Estado Republicano e Democrático, a participação e o controle social são elementos constitutivos fundamentais das políticas públicas.

A participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos deve ser na formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas, visando o aperfeiçoamento constante e a legitimação social das políticas.

O objetivo da participação e do controle social é a construção de esferas públicas de poder, onde os diferentes atores sociais possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições os seus interesses pensados na relação com a coletividade.

Esta esfera pública pode adquirir diferentes formas: conselhos, fóruns, orçamento participativo, comissões, etc. O principal desafio é não reduzi-las a “clubes fechados” que advogam em causa própria e privatizam o “público” como muitas vezes temos assistido na história recente do país. A esfera pública é o lugar de negociar os conflitos e os interesses diversos e de construir compromissos públicos comuns.

No âmbito das políticas públicas de economia solidária, há um processo intenso e tenso em curso na perspectiva da construção desta esfera pública. Dado ao surgimento recente da economia popular solidária na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua construção, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político. Ainda está em discussão os papéis dos diferentes atores (empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, governos, etc).

O debate da Rede de Gestores até aqui acumulado entende que há uma importante complementaridade de papéis entre estes diferentes atores, embora estas alteridades ainda estejam em negociação. O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da economia solidária é uma ação e/ou

organização coletiva dos empreendimentos populares solidários em constante presença pública. As entidades de apoio e de fomento têm um papel crucial no fortalecimento e na propulsão da entrada em cena deste sujeito político, bem como para a formulação das políticas públicas adequadas ao setor. Os governos democráticos têm a capacidade de abreviar o processo reconhecendo o sujeito político e criando espaços de participação e construindo programas de governo que atendam às demandas do setor e que abram caminho para a institucionalizar políticas públicas de Estado. O desafio está na agregação destes diferentes atores e papéis e na sua interlocução com outros atores e sujeitos políticos que componham as esferas públicas que discutam políticas para este setor.

Consideramos que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um espaço adequado para aprofundar estes debates, bem como o Conselho Nacional de Economia Solidária poderá ser.

* Ângela Schwengber é coordenadora da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Economia popular solidária: Paisagens e Miragens

Gabriel Kraychete *

Resumo:

Neste texto, busca-se entender a economia solidária em sua relação com a economia dos setores populares, tomando por referência as análises de Braudel sobre economia de mercado e capitalismo, de Milton Santos sobre o circuito inferior da economia e de Amartya Sen sobre o comportamento econômico e auto-interesse. Num país como o Brasil, onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego assalariado regular, a expansão consistente dos empreendimentos da economia popular solidária pode somar-se ao processo mais amplo de transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania.

PALAVRAS CHAVE : Trabalho, economia solidária, economia dos setores populares.

Abstract:

This paper aims at grasping the meaning of solidary economics in its relationship with the economics of the popular sector, adopting as reference Braudel's analyses on market economics and capitalism, as well as Milton Santos' analyses on the inferior circle of economics and Amartya Sen's analyses on economical behavior and self-interest. In a country such as Brazil, where a major contingent of workers has always been excluded from fixed salaried jobs, the coherent expansion of solidary economics enterprises can be added to a vaster process of labor transformation; from the statute of dearth to the political statute of citizenship producer and product.

KEY WORDS: Labor, solidary economics, popular sectors economics

"Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc"

"A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas."

(Milton Santos, Paisagem e espaço)

O tema da economia solidária vem despertando o interesse de diferentes instituições e ensejando o surgimento de fóruns, redes, conselhos, conferências, articulações nacionais e internacionais, e um crescente envolvimento de ONGs, instituições de ensino e pesquisa e de órgãos governamentais.

Apresentados como uma alternativa ao desemprego, os empreendimentos econômicos solidários teriam por fundamentos as relações de colaboração, justiça e solidariedade. Em geral, estas características vêm sendo afirmadas como verdades evidentes, sem que se apresentem os argumentos que demonstrem tais certezas.

Por outro lado, alguns analistas críticos da economia capitalista rejeitam o movimento da economia solidária, afirmando que tratar-se-ia de um simples modismo usado para mortecer esperanças impossíveis de serem satisfeitas pela mercado capitalista de trabalho.

Este texto busca problematizar tais afirmações, transformando-as em indagações. A economia solidária é uma alternativa ao desemprego? As relações de solidariedade, cooperação e justiça fundamentam os princípios motivadores e organizadores dos empreendimentos associativos? A economia solidária é um novo devaneio utilizado para abrandar uma implacável exclusão social ?

Quais as principais características dos chamados empreendimentos econômicos solidários, tal como eles existem hoje? A análise destas características permitem quais conclusões? Sem ter a pretensão de responder a todas estas questões, busca-se, neste texto, confrontá-las com a estrutura do mercado de trabalho no Brasil e com as informações do mapeamento nacional em economia solidária. Tendo este quadro como ponto de partida, busca-se analisar os chamados empreendimentos econômicos solidários em sua relação com uma economia dos setores populares, tomando por referência as análises de Braudel sobre economia de mercado e capitalismo, de Milton Santos sobre o circuito inferior da economia e de Amartya Sen sobre o comportamento econômico e auto-interesse.

O trabalho na encruzilhada

O Brasil nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais nem, tampouco, experimentou a rede de proteção social típica ao Welfare State. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande contingente de trabalhadores e, nos tempos que correm, torna-se uma possibilidade cada vez mais remota. Diferentemente do que ocorreu durante o período desenvolvimentista, a força de trabalho no Brasil está se deslocando do pólo dinâmico e moderno para outras formas de inserção, precarizadas e que trazem menores rendimentos ou, então, simplesmente, para o desemprego aberto.

Em 2004, segundo dados do IBGE-PNAD, o Brasil possuía uma população economicamente ativa (pessoas trabalhando ou procurando trabalho) de 92,8 milhões. Deste total, 84,5 milhões estavam ocupadas. Os trabalhadores com carteira assinada correspondiam a apenas um terço do total da população ocupada. Ou seja, de cada 10 trabalhadores ocupados apenas 3 possuíam um emprego regular assalariado[i]. Os trabalhadores por conta própria somavam mais de 18,5 milhões, correspondendo a 22% da população ocupada. Contrastando com o discurso do empreendedorismo[ii], as informações disponíveis sobre o trabalho por conta própria revelam uma realidade marcada pela precariedade. O rendimento médio proporcionado por este tipo de trabalho é inferior ao do trabalhador assalariado com carteira assinada[iii]. Cerca de 21,6% dos trabalhadores por conta própria auferiam uma renda de, no máximo, até meio salário-mínimo e 22,1% entre mais de meio a 1 SM. Em grande parte, o trabalho por conta própria é realizado no próprio domicílio e os clientes são os moradores do próprio bairro, constituindo um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres. Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores, o trabalho por conta própria é o lugar onde vai sendo despejada uma parcela crescente da população, num quadro marcado pela escassez do emprego regular assalariado.

Considerando-se como trabalho precário o conjunto formado pelos empregados sem carteira assinada, pelos trabalhadores por conta própria, pelos não remunerados e pelos que produzem para o próprio consumo, tem-se um total de 48 milhões de trabalhadores, correspondendo a 57% da população ocupada. Neste cenário, qual a perspectiva dos 8,2 milhões de desempregados e do contingente de mais de 1 milhão de pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano?

No Brasil, até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento da economia capitalista. Desse ponto de vista, não haveria razão para se discutir a situação das pessoas não-integradas ao mercado capitalista de trabalho. Conforme essa visão, o futuro era o capital e todos cresceríamos juntos. Não foi isto o que aconteceu. Três décadas depois, cresceu o número de trabalhadores imersos num "circuito inferior" da economia do qual já nos falava Milton Santos (2004), abrangendo modalidades de trabalho que tendem a se reproduzir com a própria expansão dos setores modernos. Por sua magnitude e caráter estrutural, o crescimento dessas formas de trabalho já não pode ser explicado como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. Em outras palavras, parece que não se trata de um contingente que, algum dia, será engatado ao processo de crescimento proporcionado pelos investimentos no "circuito superior" da economia, mas da presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.

Num país como o Brasil, é preciso indagar sobre a situação de milhões de pessoas que vivem de ocupações precárias e, sobretudo, do trabalho realizado de forma individual ou familiar. Se é verdade que o emprego assalariado regular é uma possibilidade cada vez mais remota e se o discurso da empregabilidade constitui-se numa miragem, o futuro dessas pessoas, agora, seria a chamada economia solidária?

Para avançar na análise, pode ser útil situar o entendimento dos empreendimentos econômicos solidários em sua relação com uma economia dos setores populares.

Economia dos setores populares

Designo por economia dos setores populares as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.[iv] No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não. Essa designação, portanto, pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhe são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar esta economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares.

Como entender a racionalidade dessa economia dos setores populares? Um artesão, uma mulher que vende alimentos ou os integrantes de uma associação ou cooperativa estão em pleno mundo do mercado, das trocas e do cálculo econômico, por mais simples e

modestos que sejam esses cálculos. Mas, conforme Braudel (1985; 1996), economia de mercado e capitalismo não são a mesma coisa. Para o referido autor, o verdadeiro signo do capitalismo residiria numa camada superior da hierarquia do mundo dos negócios. Como indica Wallerstein (1987), Braudel reformula a relação entre mercado e monopólio, atribuindo aos monopólios o papel de elemento-chave do sistema capitalista. O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade de transitar de um monopólio para outro. Desfrutando do privilégio de poder escolher, o capital volta-se, alternada ou simultaneamente, para os lucros do comércio, da indústria, da especulação financeira, dos empréstimos ao Estado etc.[v].

Por outro lado, a atividade produtiva pressupõe a divisão do trabalho e, portanto, a existência das trocas. Sem o mercado — lugar das trocas de bens que resultam do trabalho — não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na auto-suficiência. Não há cidades sem divisão do trabalho e sem mercados. Ontem como hoje, portanto, haveria uma economia de mercado, constituída por diferentes modalidades de trabalho responsáveis por um volume significativo de trocas de bens e serviços, sem que assumam uma configuração capitalista inevitável.

Esta matriz de observação contribui para a percepção de atividades econômicas numa margem extensa e inferior da economia, que usualmente escapam às estatísticas, mas que não são menos relevantes para a população, sobretudo quando se considera a crescente inaptidão da economia capitalista em absorver a força de trabalho através do emprego assalariado.

Esta economia dos setores populares interage com os mercados e atividades econômicas situadas no andar superior da economia, em relação ao qual ocupa uma posição subordinada. Possui, entretanto, uma lógica econômica peculiar, que a distingue da empresa capitalista. O que move a produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital. No caso dos empreendimentos econômicos populares, não existem os pressupostos da acumulação. Em outras palavras, esta economia dos setores populares não acumula capital, mas resulta de um processo mais geral de acumulação capitalista característico de uma economia como a brasileira.

A eficiência dessa economia dos setores populares não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos ou médios empresários. Diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e reduz oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades da “reprodução da vida da unidade familiar” (CORAGGIO, 1998). Ao contrário das empresas que — na busca do lucro, da competitividade e da produtividade — dispensam trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem “despedir” os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento. O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da

acumulação do capital, assume um outro significado para os empreendimentos populares. Para estes, as atividades de produção e comercialização de bens e serviços estão voltadas para reposição cotidiana dos meios de subsistência da unidade familiar. Ou seja, há uma “solidariedade”, que seria irracional do ponto de vista da empresa, mas que tem efetivo sentido do ponto de vista da sustentação da vida do trabalhador e sua família.

Atualmente, esta economia dos setores populares — seja sob a forma do trabalho individual ou familiar, seja através das diferentes modalidades de trabalho associativo — existe apenas de forma dispersa e fragmentada. Em geral, as pessoas que compõem esta economia enfrentam a precariedade do trabalho, da moradia, do consumo, da renda.... Uma mudança de qualidade desta economia pressupõe aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior, requerendo ações convergentes e complementares de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico.

Os empreendimentos da economia solidária

Projetando-se no âmbito de uma prática social transformadora, o tema da economia solidária suscita várias controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para definir, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se, por exemplo, em economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia popular e solidária e socioeconomia solidária.

Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam utopias. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar. Uma primeira informação mais abrangente sobre o “estado da arte” dos empreendimentos da economia solidária foi proporcionada pela pesquisa realizada pela Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES, com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.[vi] Conforme o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004) foram considerados como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuam as seguintes características:

- a. organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou co-proprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b. as atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;

c. organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

As primeiras tabulações desta pesquisa permitem delinear as seguintes características dos empreendimentos associativos:

a) foram identificados quase 15.000 empreendimentos em 2.274 municípios (o que corresponde a 41% do total de municípios do país), envolvendo mais de 1,2 milhão de pessoas (possivelmente estes números são maiores, pois o mapeamento não alcançou todos os municípios em vários estados do país);

b) o trabalho associativo tem sido majoritariamente decorrente do esforço e dos recursos exclusivos dos próprios trabalhadores. Pode-se supor que a dependência de recursos dos próprios associados ou de doações cerceia o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos, e compromete as condições necessárias à sustentabilidade dos mesmos. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação, constitui-se numa "travessia no deserto", onde é plausível supor a existência de iniciativas que sucumbem durante o percurso;

c) a maior parte dos grupos se estruturou a partir nos anos 1990. As principais razões que motivam a criação dos empreendimentos associativos são a busca de alternativas de trabalho diante do desemprego, a obtenção de maiores ganhos e de uma fonte complementar de renda;

d) predominam os empreendimentos que atuam na área rural. Os empreendimentos que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 33% do total. Os empreendimentos associativos no meio rural possuem características peculiares em relação aos tipicamente urbanos. Se, por exemplo, uma atividade de agricultores familiares não obtém êxito na comercialização coletiva de seus produtos, eles têm a opção de retornarem à forma tradicional em que se inseriam no mercado, nem que seja vendendo para o atravessador local. No caso dos empreendimentos urbanos, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem mais intensa para os associados, sobretudo na situação em que os mesmos não possuem outra fonte de renda;

e) apenas 38% dos empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra. Entre os empreendimentos que declararam o ganho dos associados, mais de 50% recebem o equivalente a até meio salário e 26% entre meio e 1 SM. Embora a obtenção de uma fonte complementar de renda apareça como um dos principais motivos para a organização dos empreendimentos, é plausível supor que esta renda seja a complementação de outra igualmente precária;

f) os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se principalmente para o mercado, sobretudo os mercados locais. Apenas 6% produzem exclusivamente para o auto-consumo dos sócios. Como já assinalado, entretanto, os resultados econômicos obtidos são muito frágeis;

g) quase todos os grupos já receberam algum tipo de assessoria, que se concentram, sobretudo, nos aspectos técnicos dos empreendimentos e nos princípios do cooperativismo e do associativismo. Mas os grupos se ressentem, nitidamente, de um maior apoio na elaboração e entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade econômica dos empreendimentos;

h) a maior parte dos empreendimentos (60%) tem alguma relação ou participa de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares.

Estes dados revelam que os empreendimentos da economia solidária apresentam grandes dificuldades e fragilidades, ainda pouco analisadas. Embora tenha sido identificado um número expressivo de empreendimentos, estes dados sugerem conclusões cautelosas sobre o lugar atualmente ocupado por estes empreendimentos como uma alternativa em larga escala para os mais de 8 milhões de desempregados e 48 milhões de trabalhadores que exercem trabalho precário.

Um grande desafio enfrentado pelas organizações econômicas populares é o desenvolvimento de formas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras. Os termos desta relação expressam as condições de sustentabilidade destes empreendimentos entendida não apenas de forma estática, mas dinamicamente. Ou seja, não se trata apenas dos empreendimentos associativos resolverem problemas particulares que estejam enfrentando, mas de ampliarem continuamente o alcance de suas práticas (CORAGGIO, 2006).

Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos populares se constrói no cruzamento de diferentes vetores de transformação, externos e internos aos grupos. O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia. Nestes termos, a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social.

Num plano mais imediato, o enfrentamento de muitas das atuais dificuldades das organizações econômicas populares pressupõe um trabalho educativo mais permanente junto às mesmas, voltado para a construção de um conhecimento, por parte dos seus integrantes, sobre as condições necessárias à viabilidade econômica e gestonária destas organizações[vii]. Isto requer o desenvolvimento e a amplificação de conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreendimentos da economia solidária, para que se transforme num saber coletivo o que alguns grupos já conseguiram. É evidente que isto implica num esforço em larga escala que permita ir além da ação pontual e localizada, que vem sendo atualmente desenvolvida por algumas instituições de apoio e assessoria.

Economia popular solidária e transformação social

Até o início da década de 1990, atribuía-se pouca importância política às iniciativas populares que se dedicavam à produção/comercialização de bens e serviços. Pode-se dizer que existia um certo preconceito, como se os grupos populares se maculassem ao entrar em contato com o mercado. Ou, então, eram vistos como uma expressão das ações assistencialistas destinadas a amenizar o aumento da pobreza. É possível que a forma de se olhar para estes grupos tenha sido eclipsada pela relevância conferida à luta sindical, ou pela perspectiva de que somente as mudanças políticas nas relações de poder permitiriam pensar um mundo melhor. Nesta ótica, a responsabilidade pela geração e pelo gerenciamento dos investimentos econômicos seria de competência dos empresários e do Estado. Isto está mudando. Ou seja, não é mais plausível supor que as formas e as

possibilidades de trabalho sejam ditadas exclusivamente pelos investimentos no “circuito superior da economia”;

A recente expansão do movimento da economia popular solidária contém uma novidade: mesmo que de forma ainda incipiente e não explícita, a percepção dos mercados pelos movimentos sociais como uma realidade simultaneamente econômica e social, contesta a visão liberal do mercado como um regulador sem reguladores, e aponta para a resistência e proposições, desde o interior da economia de mercado, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista. São práticas que se vinculam aos mercados e enfrentam temas como trabalho, renda e políticas públicas. Diferentemente do que ocorria até há pouco tempo, estas iniciativas não se encontram mais à margem, mas na confluência de fatos e análises que perpassam os movimentos sociais. É sintomático que a maior parte dos empreendimentos econômicos solidários tenham alguma relação com os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra, de agricultores familiares etc.

Mas, antes de prosseguir, cabe uma indagação: é possível juntar economia com solidariedade? A solidariedade é um vocábulo usualmente desconhecido na linguagem dos economistas. A economia seria o mundo da competição, da concorrência e da guerra de todos contra todos. O comportamento econômico racional seria aquele movido pelo egoísmo, pelo auto-interesse. Um trecho de Adam Smith, frequentemente citado, reflete esta crença da economia tradicional:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1983, p.50).

Sen (1999), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, critica o que seria uma interpretação errônea de Smith, observando que comentários desse autor sobre a miséria e o papel das considerações éticas no comportamento humano, contidas em outras partes dos seus escritos, foram relegadas ao esquecimento à medida que a própria consideração da ética caiu em desuso na economia. Amartya Sen lembra ainda que o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo ou auto-interesse[viii]: “o egoísmo universal como uma realidade pode muito bem ser falso, mas o egoísmo universal como um requisito da racionalidade é patentemente um absurdo” (SEN, 1999, p.32).[ix] Amartya Sen aponta essa visão estreita sobre os seres humanos como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea, um empobrecimento que demonstra o quanto a economia moderna se distanciou da ética.

O culto à competitividade, da mesma forma que as categorias econômicas, não são um produto da natureza, mas trazem a marca da história. A produção, fora do seu contexto histórico, é uma abstração. Na realidade, o que existe são formas concretas de produção que supõem uma determinada combinação de relações técnicas e relações sociais de produção. Um indivíduo que trabalha a terra para a produção de cana-de-açúcar estabelece determinadas relações técnicas com a terra e com os meios de trabalho. Esta pessoa, entretanto, pode ser um produtor independente, um trabalhador assalariado, um escravo etc. Ou seja, concretamente, um mesmo conteúdo técnico toma diferentes formas sociais de produção, que expressam diferentes relações de propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho[x].

Nos empreendimentos associativos, conceitos típicos da economia capitalista como salário e lucro, assumem outro significado ou perdem o sentido. Numa empresa capitalista é o empresário que decide sobre as técnicas de produção e de gestão que vai utilizar. Ele realiza os investimentos e contrata os trabalhadores. A própria força de trabalho é uma mercadoria, cujo uso o empresário compra em troca de um salário. O lucro pertence ao empresário e as normas de gestão e administração são estabelecidas pela empresa. A avaliação das alternativas e as decisões são tomadas visando o maior lucro. As grandes empresas possuem departamentos e gerentes que decidem e prestam contas aos acionistas.

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados. As relações que eles estabelecem entre si são diferentes daquelas existentes numa empresa. Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos envolvidos assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento. Os ganhos econômicos constituem-se numa das condições necessárias à sobrevivência dos empreendimentos associativos e são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes.

Com o risco de reafirmar o óbvio, convém insistir que não se trata de idealizar os empreendimentos da economia popular solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, e que estas se constituíam na motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão destes empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o auto-interesse. A suposição restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular solidária assentam-se num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens.[xi]

Não se trata de discutir se a chamada economia solidária, entendida como os empreendimentos associativos, se constitui numa alternativa não capitalista ao desemprego, como afirmam alguns autores. Deve-se admitir, entretanto, que os empreendimentos associativos, hoje denominados de economia solidária, antecedem a qualquer esquema teórico[xii], constituindo-se numa forma social de produção que historicamente se desenvolve contestando a organização capitalista do trabalho. Não há razões, portanto, para rejeitar o movimento da economia solidária, como fazem alguns analistas críticos da economia capitalista, sob o argumento de que tratar-se-ia de um simples modismo, usado para amortecer esperanças impossíveis de serem satisfeitas pelo mercado capitalista de trabalho.

Em termos de perspectivas, é cedo ainda para dizer qual a trajetória e o espaço que esta forma social de produção poderá alcançar, num processo de transformação de uma sociedade como a brasileira, face às mudanças centrais do capitalismo nestes tempos que correm. Mas talvez seja possível afirmar que, num país como o Brasil, onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego assalariado regular, a expansão consistente dos empreendimentos da economia popular solidária pode somar-se

ao processo mais amplo de transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania. Representaria, portanto, um passo e uma forma de caminhar, ao lado de outros, no itinerário pela desmercantilização da força de trabalho. É no âmbito desse processo maior que é mais plausível antever as potencialidades emancipadoras dos empreendimentos associativos e as expectativas em relação à economia popular solidária, não como algo que expresse um novo ponto de chegada ou que se revele como o novo demiurgo que recria e remodela a sociedade, mas convergindo com outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pela vivência de práticas sociais transformadoras.

Entretanto, toda cautela é pouca quando se busca perscrutar os caminhos que se interpõem ao que se convencionou denominar de economia solidária, posto que não é incompatível à lógica do discurso conservador adocicar, re-traduzir e inverter os atributos que tal conceito busca expressar transformando-os numa miragem. Por estes desígnios, e em poucas palavras, ao capital caberiam os recursos públicos e, aos pobres... a solidariedade. E dessa forma, como num passe de mágica, seríamos todos "solidários", sem conflitos e tensões sociais e, se Deus quiser, até mesmo sem classes sociais.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, G. O Longo Século XX, Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp; 1996 ASSMANN, H. e SUNG, J.M. Competência e sensibilidade solidária. Educar para a esperança. Petrópolis, RJ:
- Vozes, 2000 BRAUDEL, F. Os Jogos das trocas. Lisboa;Rio de Janeiro: Cosmos, 1985. _____ . O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. CORAGGIO, J. Economia urbana. La perspectiva popular. Quito: ILDES. FLACSO, 1998. _____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. _____ Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria. Disponível em < <http://www.coraggioeconomia.org> >. Acesso em: 20/05/2006 FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- GAIGER, L. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -2004. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20/05/2006 KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. SANTOS, M. Pobreza urbana. São Paulo, Paulo, Recife: Hucitec, 1978. _____ O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. SEN, A. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. _____. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego. São

Paulo: Contexto, 2000. SMITH. A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. WALLERSTEIN, I. O capitalismo, inimigo do Estado? In: PAQUET, M. (Org.). Fernand Braudel e a história. Lisboa: Teorema, 1987.

[i] Isto significa que a maior parte da população não possui nenhum amparo frente ao desemprego. Uma condição para o acesso ao seguro-desemprego é ter trabalhado durante o mínimo de seis meses com carteira assinada. Em muitas famílias, a obtenção de alguma renda depende exclusivamente de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa-família.

[ii] Face às possibilidades cada vez mais distantes do emprego regular assalariado, uma certa visão, compatível com a crença ultraliberal, propõe aos desgarrados do mercado regular de trabalho que adquiram uma tal de “empregabilidade”; que montem os seus próprios empreendimentos. Tudo dependeria do esforço, do grau de instrução e do espírito empreendedor de cada um. Se não conseguem empregos, que sejam empresários de si mesmos!

[iii] Em 2004, o rendimento médio do trabalhador por conta própria era de R\$421,00 e dos assalariados (inclusive os sem carteira) era de R\$652,00 (IBGE, PNAD, 2004).

[iv] O capital aqui entendido não como a existência de máquina e equipamentos, mas como uma relação social, caracterizada pelas relações de trabalho assalariado.

[v] “A visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa é que capitalismo e economia de mercado são mais ou menos a mesma coisa, e que o poder do Estado é oposto a ambos. Braudel, ao contrário, encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal, constituindo-se esse sistema na antítese da economia de mercado”. (Citação de Wallerstein reproduzida por Arrighi, 1996, p.10). Para Braudel (1996, p.579), o entendimento entre capital e Estado atravessa os séculos da modernidade. O capital vive sem constrangimentos da complacência, isenções, auxílios e liberalidades do Estado. Para o capital, o Estado é uma fonte ressurgente de recursos da qual nunca se mantém muito longe.

[vi] No final de 2003, a SENAES constituiu o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento) que estabeleceu um consenso em torno das concepções básicas sobre a economia solidária. O trabalho de campo foi realizado durante o ano de 2005, e os seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006 e encontram-se disponíveis no site www.mte.gov.br.

[vii] Tradicionalmente, os instrumentos de gestão e os estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, notadamente a concentração do conhecimento pleno sobre a atividade nas mãos da alta administração e a hierarquia nas relações de gestão, distanciando-se, portanto, das realidades encontradas nos empreendimentos econômicos populares.

[viii] Amartya Sen (2000) afirma a importância dos empreendimentos econômicos associativos como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas.

[ix] Da mesma forma, “negar que as pessoas sempre se comportam de modo exclusivamente auto-interessado, não significa afirmar que elas sempre agem com altruísmo” SEN (1999, p35).

[x] “As relações do ser humano com o seu entorno podem ser desagregadas em três níveis: com o mundo abiótico, com os outros seres vivos e com os seus congêneres. As relações com o mundo abiótico e com os outros seres vivos são relações técnicas. As

relações entre congêneres, são relações sociais (...) As relações técnicas descrevem o processo de produção em seu sentido formal, como inter-relações entre o ser humano e a natureza, para mudar a forma desta (...) As relações sociais de produção, dão conta da trama que se estabelece entre seres humanos no processo produtivo (relações entre congêneres), como resultado da maneira como estão distribuídos os meios de produção" (FOLADORI, 2001, p.83)

[xi] Além disso, como observam ASSMANN e SUNG (2000, p.158) "Quando se busca a 'solidariedade perfeita', ou 'soluções definitivas', impõe-se sobre as pessoas e grupos sociais um fardo pesado demais para se carregar"

[xii] Como se sabe, as experiências cooperativistas surgem no século XIX como uma resistência à produção capitalista.

“Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil” -I Conferência Nacional de Economia Solidária

Introdução: A Conferência Nacional de Economia Solidária - Seus Objetivos e Eixos Articuladores

Parte 1 – Concepção e História Recente da Economia Solidária no Brasil

1. Organização, Consolidação e Expansão da Economia Solidária no Brasil

1.1. O que é Economia Solidária

1.1.1 Conceito Gerador de Emancipação Socioeconômica

1.1.2 Princípios Gerais

1.2 O que a Economia Solidária não é.

1.3. Breve Histórico da Economia Solidária no Brasil

1.4. Estratégias Organizativas

1.4.1 Por um sistema de finanças solidárias

1.4.2 Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

1.4.3 Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

1.5. Concepção de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável

Parte 2 – Desafios, Acúmulos Atuais e Proposição de Políticas Públicas para a Economia Solidária no Brasil

2 Desafios Atuais e Plataforma Integrada

2.1 Capilarização e fortalecimento do Movimento de Economia Solidária

2.2 Redes de Produção, Comercialização e Consumo.

2.3 Finanças Solidárias

2.4 Marco Legal para a Economia Solidária.

2.5 Educação

2.6 Democratização do Conhecimento e Tecnologia

2.7 Comunicação

Relações Internacionais

Algumas Políticas Públicas, Programas, Projetos e Ações

Parte 3 – Ações de Estado

Introdução : A Conferência Nacional de Economia Solidária - Seus Objetivos e Eixos Articuladores

Este texto recolhe uma parte da grande diversidade de acúmulos sobre a economia solidária no país, apresenta definições sobre seu caráter e papel bem como as principais questões e proposições formuladas nos últimos anos, contribuindo para a preparação da Conferência Nacional de Economia Solidária -CONAES, que será precedida de Conferências Estaduais -importante momento de fortalecimento do movimento de Economia Solidária no país.

A Conferência Nacional é um espaço de discussão e diálogo com diversos setores da sociedade civil brasileira; contempla, entre as/os delegadas/os, um retrato da Economia Solidária, respeitando a sua diversidade; define, com independência frente aos governos, um elenco de propostas para a Economia Solidária no país; além de ser um importante

processo de formação política das/os participantes, pelo aprofundamento do debate das grandes questões nacionais e locais da economia solidária.

A Conaes têm como objetivos, além de aprofundar o debate sobre essas questões, propor princípios e diretrizes para a elaboração de políticas públicas de Economia Solidária; identificar a situação atual e potencialidades da economia solidária no país em suas manifestações governamentais e não-governamentais e suas principais dificuldades; identificar desafios, estratégias e prioridades de ação; visibilizar e fortalecer os empreendimentos e demais atores da economia solidária no cenário nacional; comprometer os governos municipais, estaduais e nacional com a economia solidária; definir parâmetros para o seu marco legal e políticas públicas requeridas; e reformular a composição do Conselho Nacional de Economia Solidária.

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado por decisão do Presidente da República no mesmo ato da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Trata-se de um "órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva e propositiva, composto por representantes da sociedade civil e poder público, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar os consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária". É composto por três segmentos: empreendimentos de economia solidária, entidades da sociedade civil e governo que têm relação com economia solidária; sua composição permanente será definida na I CONAES. Não é um órgão de representação da Economia Solidária no Brasil, restringindo-se a promover a inserção mais ampla possível da Economia Solidária no Estado Brasileiro, contribuindo para que os governos implementem políticas de economia solidária, considerando a plataforma acumulada pelo movimento de economia solidária no Brasil.

A criação do CNES foi um importante passo para inserir politicamente a Economia Solidária como uma política pública dentro do Poder Público Federal, visto que se trata de uma instância governamental com representações de diversos ministérios e de vários setores da sociedade civil, dentro da estratégia de democratização do Estado e de criação de instrumentos que permitam tanto a participação mais direta da sociedade civil na formulação de políticas públicas como a integração de ações inter-ministeriais.

A CONAES tem como principais eixos articuladores: a explicitação da economia solidária; realizar um balanço das experiências nacionais, estaduais e municipais relacionadas à economia solidária; sistematizar os desafios e a plataforma da economia solidária; tratar da ação do Estado em relação à economia solidária.

Parte I – Concepção e História Recente da Economia Solidária no Brasil

1. Organização, Consolidação e Expansão da Economia Solidária no Brasil

1.1. O que é Economia Solidária

1.1.1 Conceito Gerador de Emancipação Socioeconômica

A Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras em busca da concretização e vivência de novas relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Este movimento se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Esta nova prática de produção e consumo privilegia a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

As manifestações da Economia Solidária são diversas, dentre as quais destacam-se: grupos informais e cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços; entidades e grupos de crédito solidário e fundos rotativos; grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); empresas recuperadas e de autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, entre outras iniciativas.

No seio da economia solidária aprofundou-se uma concepção de desenvolvimento socioeconômico que é ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente dinâmica, reorganizando os processos de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, superando a contradição entre capital e trabalho com base na autogestão dos trabalhadores e autodeterminação dos povos.

A economia solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital. Deste modo, ela vem crescendo no atendimento de demandas imediatas por trabalho e consumo dignos, não apenas para as pessoas marginalizadas sob a lógica do capital. Simultaneamente, ela vem gestando as bases de um novo sistema socioeconômico capaz de integrar solidariamente toda a sociedade, promovendo as liberdades públicas e pessoais eticamente exercidas e a paz entre os povos e coletividades, constituindo os fundamentos econômicos de uma globalização humanizadora, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de vida de cada pessoa e de todos os povos.

A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista. A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que tem acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a pobreza e a desesperança, necessitando de benefícios públicos para atender às suas necessidades mais elementares. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores e consumidores conscientes e solidários, como sujeito histórico para a superação sistêmica dessa situação.

1.1.2 Princípios Gerais

Pode-se elencar como princípios gerais da Economia solidária: o seu caráter emancipatório; os valores da cooperação e da solidariedade; a valorização social do trabalho humano autogestionário como fonte de fortalecimento de vínculos sociais e de desenvolvimento do ser humano; a satisfação plena das necessidades de todas as pessoas como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o desenvolvimento econômico tendo como centralidade o homem e a mulher; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio harmoniosa com a natureza; busca de eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas, indo além da eficiência econômica e dos benefícios materiais dos empreendimentos em particular; busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios; organiza a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana; a formação permanente como um dos instrumentos para o fortalecimento de valores como cooperação e solidariedade; o resgate da dignidade e da cidadania através da prática da economia; a auto-sustentabilidade ecológica, social e econômica dos empreendimentos; valorização e participação da diversidade, sem discriminação de crença, sexo, cor ou opção sexual; posse coletiva dos meios de produção; valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular; desenvolvimento de cadeias produtivas locais e regionais fomentando a cooperação; afirmação de uma vocação local, articulada com uma perspectiva de globalização humana; reconhecimento e valorização da identidade estética e cultural da produção popular; organização do consumo em bases éticas, visando a construção de cadeias produtivas solidárias e sustentáveis, integrando campo e cidade.

2.2 O que a Economia Solidária não é.

Dado o crescimento da economia solidária nos últimos anos e a receptividade social de suas propostas, diversos atores, que não assumem os seus princípios, começam a usar a expressão economia solidária para se referir equivocadamente a práticas não-emancipatórias de diversos tipos, nos campos do crédito, produção, comercialização e consumo, particularmente de caráter compensatório aos efeitos das dinâmicas macroeconômicas sobre a vida das populações mais empobrecidas ou vulnerabilizadas.

Cabe pois destacar que a Economia Solidária não é uma forma de compensar os resultados de exclusão social da economia dominante, cujos fluxos internacionais de capital, mediados pelas corporações transnacionais e seus operadores financeiros, levaram aos ajustes macroeconômicos que impactaram na economia brasileira nas décadas de 80 e 90 e que ainda não foram revertidos, os quais acentuam o divórcio entre o desenvolvimento econômico e a justiça social, concentrando riquezas e degradando os ecossistemas.

A Economia Solidária não é mediadora de ações de compensação social, que compartilham o mínimo frente à escassez das massas sociais, atendendo-as em suas demandas imediatas para, todavia, perpetuar estruturas de exclusão; não está voltada a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal; rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual; rejeita a proposta de

mercantilização das pessoas e da natureza, que sempre tem como consequência a exploração de seres humano e a espoliação do meio ambiente, contaminando e esgotando os recursos naturais; confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais; confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital; nega a competição que, nos marcos do mercado capitalista, lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto; contesta tanto o conceito de riqueza quanto os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural relacionados a qualquer atividade econômica.

A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor, que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. Igualmente não se confunde com as chamadas “empresas de responsabilidade social” que negam em sua forma de atuação os princípios da autogestão e da intercooperação, reproduzindo mecanismos que mantêm a subalternidade do trabalho em relação ao capital e a concentração da riqueza socialmente produzida.

1.3. Breve Histórico da Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária tem um passado recente na construção de uma identidade e de um projeto histórico que, entretanto, guarda raízes nas mais remotas lutas de emancipação popular no campo econômico e em estratégias econômicas fundadas na solidariedade, vividas pela humanidade em diferentes momentos e lugares.

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica de trabalhadores e trabalhadoras, como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados: os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos assalariados e os empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares. Entretanto, a ampliação do trabalho assalariado no mundo todo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria. As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos

seus empregos, amplia-se cada vez mais o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos. Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo do trabalho realizado à margem do setor capitalista hegemônico e de suas relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio, cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária, que lhes dê uma perspectiva histórica de superação sistêmica. Neste cenário, sob diversos títulos -economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humano-economia, economia popular e solidária, economia de proximidade, etc., têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo e vão gestando coletivamente relações sistêmicas que superam estruturas socioeconômicas de exploração, expropriação, dominação e exclusão. Neste processo, as experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes, os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX e das reflexões sobre as implicações políticas e republicanas da solidariedade nesse mesmo período no trato da república, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

Atualmente, o movimento de Economia Solidária vem crescendo de maneira muito rápida, não apenas no Brasil mas também em diversos outros países. O seu crescimento se deve a inúmeros fatores, dos quais vale destacar os seguintes:

Resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural resultantes da expansão agressiva de uma globalização que torna mais e mais pessoas totalmente descartáveis para o funcionamento da máquina de produção e consumo. Tal resistência se manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como camelôs, flanelinhas, ambulantes, e tantos outros empreendimentos normalmente voltados à reprodução da vida e de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, esta resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais o lucro e acúmulo indiscriminado.

Em nosso país, o crescimento da Economia Solidária enquanto movimento – ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito a sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, cada vez mais se orientando rumo a uma articulação nacional, configuração de redes locais e uma plataforma comum –, dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou na demanda ao recém eleito presidente Lula pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado na III Plenária Nacional de Economia Solidária o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento no país. Com

estas duas instâncias, somadas ao processo de construção de um campo da Economia Solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, podemos dizer que a Economia Solidária no Brasil passou por um crescimento e estruturação muito grandes.

Criado em junho de 2003 na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. O FBES representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. Para nortear as ações do Fórum Brasileiro, existem e estão permanentemente em construção a Carta de Princípios da Economia Solidária e a Plataforma da Economia Solidária. Enquanto a Carta de Princípios fornece elementos de fundamentação para o movimento, a Plataforma apresenta as principais metas que devem ser alcançadas, além de servir como documento para subsidiar a interlocução junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e outras instâncias do poder público. A Plataforma da Economia Solidária se estrutura a partir de sete eixos: Organização Social do Movimento de Economia Solidária; Redes de Produção, Comercialização e Consumo; Finanças Solidárias; Marco Legal; Educação; Comunicação; Democratização do Conhecimento e Tecnologia.

Alguns momentos marcam a história recente da Economia Solidária no Brasil, na América Latina e na sua articulação internacional.

* O I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária (agosto de 2004) reuniu em Brasília 2.300 representantes de todos os segmentos da Economia Solidária de todos os estados brasileiros em que há Fóruns Estaduais de Economia Solidária ou comissões pró-fóruns estaduais. Neste encontro, a Plataforma da Economia Solidária foi debatida e aprofundada.

* No Fórum Social de 2005, a Economia Solidária tomou projeção ainda maior que nas edições anteriores, desdobrando proposições relacionadas ao eixo das Economias Soberanas, afirmando-se não apenas que um outro mundo é possível, mas que uma outra economia acontece!

* Os Encontros Regionais de Economia Solidária, nas 5 regiões do país, têm sido realizados pelo FBES com o objetivo de fortalecer os fóruns estaduais a partir da troca de experiências na gestão, sustentabilidade e articulação política.

* O Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela SENAES, alcançou a mais de 20 mil empreendimentos de economia solidária no Brasil, visando a sua identificação e visibilidade.

* I Feira de Economia Solidária do Mercosul, foi realizada em Santa Maria/RS, em julho de 2005, com intensa participação de empreendimentos solidários do Brasil e de outros países da América Latina.

* O Encontro da RIPESS – Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária, em Dakar/Senegal (novembro de 2005), contribuiu igualmente para reforçar o bloco da América Latina, com a integração de novos países.

* O Encontro para a Integração de Cooperativas Ibero-americanas, em Caracas/Venezuela (nov/dez 2005), com o objetivo geral de articular mecanismos de cooperação entre atores da Economia Popular em nível nacional e internacional, para a criação de uma grande rede de experiências associativas autogestionárias.

No debate internacional as expressões economia solidária, economia social e economia popular freqüentemente aparecem juntas, mas tem significados distintos no contexto de cada país e continente. Os esforços de aprofundar relações com vistas a constituições de redes internacionais está articulado a um importante debate sobre o caráter da Economia Solidária, Popular e Social, com o surgimento de documentos de referência servindo de base para a consolidação dessas relações internacionais.

1.4. Estratégias Organizativas

Fóruns e Redes de Economia Solidária no Brasil têm sido organizados com vistas a fortalecer as ações de elaboração e de expressão conjunta e de reorganização de fluxos econômicos com vistas a fortalecer os processos de consumo, comercialização, intercâmbio, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico solidários. Através deles, diversos atores se articulam: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos:

* Os Empreendimentos Solidários são as diversas formas concretas de manifestação da Economia Solidária, sendo os principais protagonistas da economia solidária: cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio ético; agências de turismo solidário; entre outras. Os empreendimentos solidários caracterizam-se por se basear nos princípios e valores da economia solidária já referidos, dos quais se destacam o exercício da autogestão na sua organização interna, o fato de serem supra-familiares e possuírem caráter de atividade econômica.

* As entidades que oferecem assessoria e fomento à economia solidária são, em geral, associações sem fins lucrativos (ONGs) ou universidades (incubadoras tecnológicas e grupos de extensão) e prestam serviços de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos.

* Os Gestores públicos em Economia Solidária são membros de governos que atuam na gestão de programas explicitamente voltados à Economia Solidária.

Na base de uma plataforma geral da economia solidária, para uma ação articulada dos diversos atores, está um conjunto de princípios que lhe confere unidade e consistência.

1.4.1 Por um sistema de finanças solidárias

Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

* Ao nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

* Ao nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

1.4.2 Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam: articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos. Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cabe a cada agente econômico contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a da eficiência sistêmica intercooperativa, que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permitindo que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis. A economia solidária promove o

desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.

A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

1.4.3 Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.

A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa. A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores. A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.

O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante o diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento. Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

A política de apoio e fomento à economia solidária:

* não pode ser compreendida como compensatória ou assistencial, mas deve ser tratada em seu caráter emancipatório, integrada às políticas de transferência de renda, com Fundos Públicos para o desenvolvimento socioeconômico solidário.

* volta-se para o conjunto da população historicamente excluída, para as vítimas da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho e para todas as pessoas que não mais desejam se submeter a relações de produção e consumo subalternizadas pela reprodução do capital.

* exige ações transversais, articulando instrumentos em áreas diversas (educação, habitação, trabalho, saúde, financiamento e tecnologia, entre outras)

* considera a diversidade de forma organizativas, dos seus sujeitos, suas demandas e necessidades;

* deve ser estruturada com vistas a assegurar o “acesso integrado, múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social”; (Vários. Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária, p. 84)

* deve reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores da economia solidária e o seu protagonismo político, com vistas a institucionalização de direitos, interlocução com o Estado e fortalecimento das esferas públicas democráticas no país.

Entre os objetivos de uma Política Pública de Economia Solidária elenca-se:

* “contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantam aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;

* contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e de etnia;

*contribuir para a promoção, a ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda;

* reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária;

*contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade Socioeconômica e ambiental;

* contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária;

*criar mecanismos legais que viabilizem o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;

* promover a integração e intersectorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados no Estado;

* fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos atores sociais, priorizando os trabalhadores da economia popular e solidária.”(Vários. Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária, p. 84-85)

1.5. Concepção de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável

A Economia Solidária, por sua estratégia de reorganização dos fluxos econômicos e cadeias produtivas se converte ao mesmo tempo em uma estratégia de desenvolvimento endógeno (promovendo o empoderamento local ou micro-regional), uma estratégia de desenvolvimento nacional e uma estratégia de integração regional, estabelecendo-se acordos entre governos e sociedade civil com base em uma plataforma unificada de políticas públicas.

Algumas características do Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável sob o prisma da economia solidária são: “econômico, promovendo crescimento econômico regional com equidade distributiva, conferindo atenção especial à reorganização solidária das cadeias produtivas locais, à geração de trabalho e renda e à melhoria dos indicadores de bem-estar das comunidades; recolhendo o saber fazer acumulado por estas, derivado de sua permanência em seus territórios, aprimorando-o com novos conhecimentos científicos e tecnológicos e com intercâmbios práticos; social, viabilizando relações responsáveis do indivíduo para com a coletividade e vice-versa; integração de produtores e consumidores em redes sociais solidárias mais abrangentes, constituindo arranjos socioeconômicos que integrem os territórios, sua culinária, seu modo de viver e de se organizar, fortalecendo-os; conferindo atenção especial à educação, saúde, lazer e seguridade social em sentido amplo; recomposição do tecido social, superando dinâmicas de exclusão, reafirmando a dignidade humana de cada pessoa e seu direito ao exercício pleno da cidadania; político, promovendo a participação cidadã, a autogestão social e o pleno respeito aos direitos

sociais, econômicos, políticos, pessoais, culturais e ambientais; compartilhamento democrático do exercício do poder, afirmando a soberania popular; fortalecendo as instituições sociais e governamentais, consolidando em seu conjunto o poder público democratizado; cultural, compondo a valorização das identidades no respeito às diferenças; afirmação da solidariedade como princípio ético e vetor econômico; geração de novas solidariedades locais dialogicamente construídas; a valorização da produção local e da cultura popular e regional; ético, afirmando valores que viabilizam as relações humanas centradas na promoção das liberdades, da justiça, dos direitos humanos, da solidariedade e do bem-viver de todas as pessoas e povos, bem como da paz entre as nações; ecológico, considerando as dimensões de integração do ser humano com a natureza, do rural e do urbano; a manutenção do meio ambiente saudável e da biodiversidade do país; buscando satisfazer as necessidades presentes, sem entretanto comprometer a capacidade das gerações futuras em suprir suas próprias necessidades, tendo em conta a disponibilidade dos recursos vivos e inanimados dos territórios e as vantagens e inconveniências, a curto, médio e longo prazos, das ações neles empreendidas; instaurando padrões sustentáveis de produção e consumo; promovendo o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao baixo impacto ambiental e à sustentabilidade dos assentamentos humanos, considerando a diversidade dos territórios e das culturas; pedagógico, implementando práticas educativas que promovam a cultura da cooperação e da solidariedade, a autogestão social, o trabalho emancipado, o consumo responsável e solidário; resgatando o saber acumulado de trabalhadores e trabalhadoras, criando uma nova cultura do e no trabalho solidário como princípio educativo; esclarecendo os impactos do consumo final e produtivo sobre o conjunto das cadeias produtivas, sobre as relações sociais de produção e sobre os ecossistemas; metodológico, afirmando o desenvolvimento que se efetiva de baixo para cima, respeitando o poder local da sociedade civil, tendo no Estado uma instância coordenadora e orquestradora; considerando o contexto local – respeitando-se a diversidade de cada região, suas peculiaridades geoestratégicas, culturais, ecológicas etc. – e compondo o maior conjunto possível das forças sociais em seu atingimento; gênero, desconstruindo a cultura patriarcal, em que se baseia o individualismo e a competição; problematizando a questão do masculino e do feminino, escapando da simplificação dos antagonismos e chegando a uma compreensão mais adequada da complexidade das relações de gênero, reconhecendo que tanto o masculino quanto o feminino fazem parte de todos nós em uma relação de solidariedade, que nos permite renascer como pessoa a cada dia; ritmo: considerando a velocidade do desenvolvimento, que deve ser adequada a não provocar impactos prejudiciais aos ecossistemas e à organização sociocultural das comunidades; não há um padrão e um ritmo únicos de desenvolvimento, devendo respeitar-se a autogestão social das comunidades locais no estabelecimento dos parâmetros sustentáveis de seu desenvolvimento, particularmente os relacionados aos aspectos ecológicos e sociais.

território: constituído como conjunto de relações que se realimentam, possibilitando a sinergia de uma integração que promove e aprimora o bem-viver de assentamentos humanos dinâmicos em seu espaço e seu tempo, geográfico e cultural, superando a desintegração e a exclusão." (E. A. Mance, Fome Zero e Economia Solidária, IFIL, 2004, p.53-55)

A transformação estrutural da economia brasileira, capaz de promover desenvolvimento com distribuição de riqueza e emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas, será fruto do avanço da

economia solidária, exigindo um conjunto de alianças estratégicas entre as organizações populares e solidárias do Campo e da Cidade, com base em alguns eixos estratégicos e uma clara demarcação de uma Plataforma de Políticas Públicas e de Intervenção Social.

Cabe, portanto, aos atores da economia solidária promover uma estratégia de ação integrada, no campo e na cidade. No campo, cabe aprofundar suas relações com os agricultores familiares, com os trabalhadores rurais sem terra e com os sindicatos de trabalhadores rurais, sobre o eixo da reforma agrária e da defesa da agricultura familiar. Na cidade, cabe aprofundar relações com os movimentos populares urbanos, sindicatos de trabalhadores e empreendimentos populares, com os eixos da reforma urbana, cidadania e redução da jornada de trabalho. A afirmação e articulação da Economia Solidária como eixo estratégico juntamente com a Reforma Agrária e Reforma Urbana é o que possibilitará a promoção do desenvolvimento sustentável no campo e na cidade, que não poderá ocorrer sem que haja a apropriação social da terra como meio de produção e como suporte de edificação no campo e na cidade, sem a participação popular no controle dos orçamentos e na definição do planejamento permanente das cidades, particularmente na definição dos zoneamentos e planos diretores. A articulação desses eixos fortalece as ações de Reforma Agrária, Reforma Urbana e Economia Solidária na perspectiva de construção da Cidadania, democratizando a apropriação da terra, a gestão das políticas públicas e o controle dos orçamentos.

Parte 2 – Desafios e Acúmulos Atuais da Economia Solidária no Brasil

2 Desafios Atuais e Plataforma Integrada

2.1 Capilarização e fortalecimento do Movimento de Economia Solidária

O grande desafio atual, dado o seu rápido crescimento, é o fortalecimento do movimento de economia solidária: que as pessoas protagonistas da economia solidária possam se ver como parte de um movimento nacional e internacional, além da luta pela sobrevivência específica de determinado empreendimento: o que exige trabalhar-se a formação destes atores nos valores e princípios da Economia Solidária e, principalmente, fortalecer as instâncias organizativas da Economia Solidária, para que o movimento se torne cada vez mais capilarizado e articule as várias iniciativas de economia solidária no país.

2.2 Redes de Produção, Comercialização e Consumo.

Um dos principais desafios do movimento de Economia Solidária é a construção paulatina de redes e cadeias solidárias de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias. particularmente porque o crescimento da economia solidária no país tem acontecido de maneira desigual em suas diferentes dimensões: a dimensão da produção solidária (a primeira necessidade: a de alternativa concreta a uma situação de exclusão e desemprego) tem crescido muito mais rapidamente do que as dimensões de comercialização e de consumo solidários. Apontam-se, portanto, os principais desafios para reverter esta situação:

* Consumo Consciente, Ético e Solidário: todas e todos nós somos consumidores e consumidoras, independente de classe social. O desafio que se apresenta é percebermos o ato de consumir não apenas como uma questão de “gosto”, mas também como um ato político, ético e de valores: ao consumirmos um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio, degrada-se o meio ambiente e as relações comunitárias e cujo fim é primordialmente o lucro, estamos referendando, dando nosso voto de apoio, a

esta forma de produção. Se, por outro lado, consumimos produtos e serviços oriundos de processos participativos, em que os resultados são distribuídos entre os trabalhadores, e em que o fim é o bem-viver e a preservação do meio-ambiente, estamos colaborando para o fortalecimento desta outra forma de sociedade e de produção;

* Locais e redes de comercialização e distribuição: O desafio é conseguir estruturar redes, centrais, feiras e outras estratégias de comercialização e distribuição dos produtos e serviços da Economia Solidária (tais como a formação de grupos e cooperativas de consumo) para que eles se tornem facilmente acessíveis às pessoas;

* Redes de colaboração solidária entre os próprios empreendimentos de Economia Solidária: isto é, que os insumos de determinado empreendimento solidário possam ser comprados de outro empreendimento solidário, conformando assim cadeias solidárias de produção/consumo. Um exemplo é a construção da "cadeia solidária do algodão", iniciativa que ganhou impulso no último Fórum Social Mundial quando dezenas de empreendimentos solidários de confecção, costura e serigrafia conseguiram se articular para produzirem as 60.000 bolsas entregues aos participantes do evento.

Exemplo de outras ações vinculadas à organização dessas redes podem ser: formação de redes regionais de comercialização para as cooperativas de reciclagem; investir na auto-sustentabilidade das comunidades quilombolas; realizar diagnóstico qualitativo e quantitativo da economia solidária no Brasil, para construção de rede de informações; dar visibilidade à economia solidária, publicizando modelos positivos de redes e empreendimentos; priorizar nas compras governamentais os produtos da economia solidária; monitorar redes de economia solidária para viabilizar a sua integração; criação de agências de fomento e assistência técnica locais para a economia solidária; estimular uma pedagogia do consumo ético; criar espaços de comercialização alternativos; desenvolver estratégias de divulgação e promoção dos produtos e serviços da economia popular e solidária, através, da criação de marcas e selos de controle de qualidade adequados à economia solidária, com certificação participativa de produtos e serviços da economia solidária; estimular o uso de moedas sociais em feiras e clubes de troca; organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas; criar feiras de economia solidária e intercâmbio estadual, nacional e internacional; visão e planejamento de mercado de longo prazo; cota obrigatória para o mercado institucional público, envolvendo mercadoria e/ou serviços da economia solidária; espaços públicos para a comercialização de produtos da economia solidária; construção de cadeias produtivas integrando campo e cidade; identificar cadeias de produtores, organizadas ou não e identificar as ações em comum características das regiões, inclusive consumidores, melhorando a qualidade dos produtos, bem como o escoamento da produção; interlocução com o legislativo estadual, municipal e federal; Feiras de ES e Rodadas de Negócios Solidários; Estimular as compras entre atores do próprio movimento de Economia Solidária com vistas a fortalecer as cadeias solidárias; fechar o ciclo solidário - matéria prima, produção, transporte, comercialização e consumo, eliminando o atravessador; formação de cartão de crédito para empreendedores; central de negócios para promover importação e exportação.

Elementos Básicos para uma plataforma nesse aspecto são:

Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto sustentabilidade as mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade, etc, garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.

Na implementação do programa Fome Zero, priorizar ações regionalizadas de Economia Solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com recursos disponibilizados pelo programa, projetando a produção para atender ao conjunto das demandas reais de consumo popular, entre as quais se incluem alimentação, higiene, limpeza e vestuário.

3. Criar o portal brasileiro de Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de Economia Solidária, dando lhes visibilidade e projeção nacional e internacional, facilitando a elaboração de catálogos e o contato mais direto entre produtores e consumidores e a integração entre cidade/campo.

Garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de Economia Solidária, viabilizando assim, sua integração, inclusive entre cidade e campo.

Aprofundar o debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do país, facilitando o processo de identificação dos produtos e serviços da Economia Solidária para consumidores e consumidoras em seu ato de compra alavancando a comercialização desses produtos no mercado nacional e internacional.

6. Criar mecanismos que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, com preferência em licitações e estabelecendo cotas para compras governamentais de produtos da Economia Solidária, como forma de incentivo a Economia Solidária e possibilitando maior distribuição de renda.

Defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária.

8. Organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas.

Investir na formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas, como exemplo, central de cooperativas coletivas.

Utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

2.3 Finanças Solidárias

Outros desafios ao Movimento de Economia Solidária estão na área Finanças Solidárias: construir um Setor Financeiro inclusivo que tenha como agentes financeiros o cooperativismo de crédito e as OSCIP`s de Micro Crédito produtivo, e os Consórcios dos Fundos Rotativos Solidários; constituir um fundo de apoio à Economia Solidária (PRONAES); consolidar uma política pública de apoio aos empreendimentos populares e solidários de pequeno porte no Brasil, que parta dos princípios, valores e fundamentos da economia solidária e possa, de fato, potencializar ou mesmo viabilizar o trabalho dos empreendimentos solidários.

Alguns programas e ações podem ser elencados:

* Pronades: Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária, composto por um fundo de fontes diversas e a construção de uma política com metodologia e princípios para o processo de repasse do mesmo. Envolvendo:

1. Classificação dos empreendimentos - semelhante ao PRONAF:

a) Grupo A - Empresas recuperadas; b) Grupo B - Individuais/familiares em processo de formação de Associação/cooperativa – em transição; c) Grupo C - Redes e Cooperativas Consolidadas; d) Grupos específicos: mulheres, portadores de habilidades especiais e jovens. Propostas diferenciadas de crédito em cada grupo, contemplando custeio e investimento; juros subsidiados com rebate de 20% no principal para o pagamento em dia.

2. Pronadão (pronação): - Recursos para investimento em cadeias produtivas para o desenvolvimento territorial;

- Recursos para capacitação profissional e cidadã em economia solidária;

Formas de operacionalização: Cooperativas de créditos; Fundos rotativos; Bancos de desenvolvimento, bancos do povo; Carta de aptidão deve ser oferecida por órgãos representativos da economia solidária e governamental.

Fontes de recursos:

Utilizar as fontes de créditos de geração de trabalho e renda (calculados em 6 bilhões) nesta concepção do PRONADES.

* O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS é um fundo disponível na Caixa Econômica Federal de grande monta (mais de R\$ 300 milhões), que tem sido objeto de debate dentro e fora do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Parte deste Fundo poderia ser usado a partir dos conceitos da Economia Solidária, para financiar empreendimentos solidários em suas várias dimensões. Atualmente o fundo foi repassado ao recém criado Fundo Nacional de Habitação, mas há ainda possibilidades de que parte dele seja dirigido para ações de inclusão social, onde se enquadra a Economia Solidária.

* O Programa BNB-SENAES de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, realizado em parceria entre o BNB e a SENAES, identificou no semi-árido brasileiro 180 organizações que trabalham com Fundos Solidários Produtivos. O comitê gestor do projeto do BNB/Senaes é composto por representantes do Mutirão de Combate à Fome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do FBES, da Articulação do Semi-Árido (ASA), do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e de representantes do BNB e da SENAES.

Inscrevem-se ainda nessa relação:

- * Fundos Solidários
- * Fundos Rotativos Solidários
- * Cooperativismo de Crédito
- * Micro crédito produtivo orientado
- * Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Solidário
- * Programa Nacional de Micro Crédito Produtivo Orientado
- * Desenvolvimento Institucional das Redes de Finanças Solidárias
- * Micro crédito produtivo
- * PRONAES: voltado ao combate à pobreza com uma parte destinada para a formação.

Exemplo de outras ações vinculadas às Finanças Solidárias podem ser: criação de um sistema nacional de finanças solidárias; instituir um fundo público nacional para economia solidária, que incorpore recursos de diversas fontes, tendo a gestão descentralizada e sobre controle popular, respeitando as diferenças regionais; criar um fundo não-retornável para manutenção dos empreendimentos da economia solidária no início de seu funcionamento; criar uma moeda social com lastro nas cooperativas de crédito, conforme o modelo do Banco Palmas em operação em Fortaleza; instituir o crédito solidário simplificado, com carência e juros baixos; desenvolver a viabilidade econômica dos empreendimentos da economia solidária; adequação dos instrumentos financeiros para crédito dos empreendimentos solidários; desburocratização das linhas de crédito já existentes e ampla divulgação das linhas existentes; viabilizar financeiramente empreendimentos das comunidades indígenas, negras e os portadores de necessidades especiais; alterar a concessão de crédito garantindo estudos de viabilidade da produção, comercialização e mercado consumidor; criar programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microcrédito; criar formas menos burocráticas e mais baratas de financiamento às comunidades de baixa renda e associações, com o acompanhamento do estado aos projetos; criação de uma rede de bancos de créditos popular, nos níveis local, regional e nacional; viabilizar cooperativas de créditos comunitárias; criar iniciativa de crédito e financiamento solidário que coloque as finanças populares nas mãos dos setores populares; promover o crédito acompanhado de formação e organização dos empreendedores; desburocratizar o acesso ao microcrédito e com aval solidário; outras formas de garantias e pagamentos de financiamento (pagamento com os produtos); linhas de financiamento menos burocrática para as comunidades de baixa renda, com o apoio do estado e assessorias técnicas; formação de assessorias comunitárias em órgãos públicos; garantir renda mínima para empreendimentos de economia solidária, durante seus primeiros anos de funcionamento, até a sua auto-sustentabilidade; garantir critérios de financiamento, valores, juro, carência, prazo, garantia e sistema de cobrança, devolução voluntária, adequando as condições socioeconômicas regionais e culturais dos empreendimentos da economia solidária; limites de crédito estabelecidos em cálculo per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento; apoio à criação e funcionamento de rede nacional de trocas solidárias que definirá as paridades e lastro das moedas sociais; fomento ao crédito específico para a estruturação de empreendimentos com critérios bem definidos; um fundo nacional articulado por bancos, PRONAF, PROGER, FAT, sistema de operadores, através das ONGs, governo, bancos e os empreendedores, que detém o controle social, a organização e a assessoria; o Banco Central deverá ter diretrizes para linhas de créditos especiais para a economia solidária; mini-crédito, bolsa de auxílio para pessoas carentes que desejam

ingressar em empreendimentos; fundo para manter financiamento, a curto, médio e longo prazo; que cada empreendimento contribua regularmente com um percentual, a ser definido, de seus recursos para um Fundo Nacional; que o PROGER tenha direcionamento também para a Economia Solidária.

Elementos Básicos para uma plataforma nesse aspecto são:

1.O Estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária, com uma gestão descentralizada, participação popular, respeito às diferenças regionais e sob controle social. O Fundo deve ser constituído por fontes diversas: local, regional, nacional, internacional com recursos públicos e privados.

2.Destacar linhas que apoiem as comunidades de baixa renda, negras, indígenas, mulheres em risco social e portadores de necessidades especiais. Fortalecer ainda linhas especiais para empreendimentos de autogestão em sua fase inicial ou já estruturados, bem como para comercialização de produtos.

3.Consolidar e ampliar as experiências dos fundos rotativos no Brasil, tendo o crédito solidário como um dos modelos incentivadores dos empreendimentos solidários com base na devolução de pagamentos não financeiros (banco de horas, equivalência produto/serviços, etc).

4. Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais como cooperativas de créditos, Bancos Cooperativos, ONGs, OSCIPs, Banco do Povo e programas governamentais com base em serviços financeiros adequados as realidades dos empreendimentos de caráter popular e solidário, destacando as moedas sociais, clubes de trocas, modalidades de aval comunitário e solidário.

5 Revogar as limitações legais impostas às instituições operadoras de crédito popular, como ONGs e OSCIPs, para que possam oferecer outros serviços financeiros além do crédito, tais como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros.

1 Possibilitar o recolhimento de poupança por parte das ONGs de crédito, potencializando as atividades de microfinanças solidárias e viabilizando que as comunidades utilizem seus próprios recursos para promover seu desenvolvimento.

2 Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.

3 Alterar a política de concessão de créditos para empresas em situação pré-falimentar, condicionando mudanças na gestão, facilitando assim, a participação de trabalhadores e trabalhadoras no controle do passivo dessas empresas.

4 Criar linhas de crédito adequado e ajustado culturalmente para empreendimentos de Economia Solidária, facilitar aos empreendimentos populares o acesso ao crédito e,

particularmente, a empreendimentos autogeridos que surgem de processos falimentares, abolindo exigências que são impraticáveis para a Economia Solidária.

5 Assegurar que partes dos recursos dos bancos públicos e privados sejam destinados à Economia Solidária.

6 Possibilitar a organização aberta e o fomento de cooperativas de crédito, revendo restrições legais sobre as mesmas e ampliando sua articulação em complexos e redes. Modificar as regras de acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), reduzindo os valores que são consumidos pelas taxas de transação bancárias.

7 Criar programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, assegurar maior volume de recursos para os bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias.

8 Que o crédito solidário seja articulado de maneira transversal nas diversas políticas, disponibilizando mais recursos do sistema financeiro "oficial" as microfinanças solidárias.

9 Apoio do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço.

10 A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero como um elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos à democratização da pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à autogestão e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

11 Constituir um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local.

12 Construir programas que fortaleçam e ampliem a rede nacional de trocas solidárias com critérios definidos de paridades e lastros baseado nas moedas sociais.

13 Garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário, ampliando os critérios por limites de créditos estabelecidos em cálculo per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento.

2.4 Marco Legal para a Economia Solidária.

A constituição de um Marco Legal, de um Estatuto da Economia Solidária que lhe confira direitos e legitimidade para ser reconhecida como um setor da Economia, diferente do Setor Privado e do setor Estatal é um dos grandes desafios ao movimento brasileiro. Trata-se de configurar o direito ao trabalho associado e a conquista de cidadania substantiva, porque baseada na atividade socioeconômica, a milhões de trabalhadores/as

e consumidores/as hoje excluídos das relações de trabalho e consumo baseados no assalariamento.

Outra perspectiva importante é a construção de políticas públicas que levem em conta as especificidades da economia solidária, em toda a sua diversidade de manifestações (que vão desde grupos produtivos, de consumo, clubes de trocas solidárias com uso de moedas sociais, grupos de crédito solidário, a empresas recuperadas de autogestão). Ou seja, que a Economia Solidária seja reconhecida e contemplada na construção de políticas públicas que sejam de fato socialmente e estruturalmente emancipatórias. Neste sentido, vale citar experiências em estados como Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, onde foram aprovadas leis estaduais específicas à economia solidária. Caberá igualmente ao Conselho Nacional de Economia Solidária gestar propostas qualificadas na perspectiva de construção de políticas públicas de economia solidária;

Como exemplo de outras ações vinculadas ao Marco Legal da Economia Solidária e Finanças Solidárias, podem ser elencados alguns programas e Ações:

O Banco de dados do Marco Jurídico da Economia Solidária no país (a ser disponibilizado via Internet) prevê a sistematização de toda a constelação de leis existentes no país que, de alguma maneira, estão relacionadas e são de interesse à Economia Solidária.

A Lei do Cooperativismo e das Cooperativas de Trabalho no Brasil não favorece a legalização de empreendimentos solidários, pois não dá conta de suas especificidades e diversidade de formas de manifestação. Considerando que a legislação vigente não contempla a complexidade e a realidade da Economia Solidária, faz-se necessário propor e formular um Estatuto do Empreendimento Autogestionário/Solidário, pois apesar desta nova configuração social da sociedade brasileira representado pelo crescimento e fortalecimento da economia solidária, este fenômeno, que envolve uma diversidade de relações e instituições, ainda não possui um correspondente jurídico adequado para dar conta de sua complexidade e realidade.

Muitas das iniciativas do campo da economia solidária se utilizam da forma jurídica da cooperativa para se regularizar. Contudo, a legislação cooperativista existente hoje, a lei 5.764 de 1971, é limitada para dar conta da realidade de todas estas experiências. Diante disto, a questão do Marco legal da Economia Solidária é um dos eixos que constitui a plataforma do Movimento de Economia Solidária. De fato, os empreendimentos econômicos solidários tem na questão legal uma de suas preocupações, e apresentaram a questão do Marco jurídico como um dos gargalos que precisam ser trabalhados para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. Os gargalos relativos ao Marco Jurídico levantados no momento da I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em São Paulo, em dezembro de 2002 foram:

-A legislação reduz experiências variadas de economia solidária a determinadas formas legais que não abrigam a diversidade;-O poder público encontra entraves legais e burocráticos quando se trata de implantar programas que viabilizem a economia solidária, principalmente no que diz respeito a investimento;

- Em muitos casos, o problema não é de marco legal e sim de interpretação de leis, pois aquilo que não está proibido, está permitido. Por falta dessa percepção sobre a legislação, não ocupamos muitos espaços em que poderíamos agir;

- A interpretação da lei acaba travando, impedindo ou dificultando as experiências de economia solidária (relacionamento com a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Juntas Comerciais, Banco Central no que diz respeito ao crédito e cooperativas de crédito)”; Diante destes gargalos, foi feita a seguinte proposta:

- Trabalhar em três eixos:

a) Definição de conceitos gerais para nortear a defesa de direitos (exemplo: o que é empreendimento popular; economia solidária; autonomia coletiva X trabalho autônomo); b) Revisão e adequação de conceitos e definições levando em consideração a legislação existente de caráter geral e especial (exemplo: cooperativas de trabalhadores x cooperativas de mão de obra, para quem são dirigidas as políticas públicas voltadas à economia solidária; não-obrigatoriedade da unicidade de representação cooperativa); c) Identificar as questões que devem ser mudadas pontualmente na legislação, entendendo que a economia solidária tem áreas de intersecção com muitos assuntos.

- Distinguir interesses do poder público e dos empreendimentos nas interfaces em que ambos se tocam”

Marco Jurídico para a “Economia Solidária”

Por um lado, uma parcela dos atores da economia solidária defendem uma regulação própria para este campo, que dê conta de sua diversidade e de suas especificidades. Esta postura necessita que seja feita uma definição mais objetiva do que vem a ser economia solidária, sua conceituação objetiva, de modo a traduzi-la em termos jurídicos. Assim, por exemplo, a política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado de Minas Gerais refere-se à economia solidária nos seguintes termos:

“Art. 2º - A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres” .

Há, contudo, uma outra corrente no campo do cooperativismo que propõe mudar a atual legislação no sentido de abranger o conjunto das experiências do campo da economia solidária. Este posicionamento leva ao estabelecimento de um determinado campo de conflito e de forças, introduzindo as questões em debate, como unicidade de representação e registro do sistema cooperativista e número mínimo de cooperados. Segmentos do movimento de economia solidária, defendendo a liberdade de organização e os princípios constitutivos da Economia Solidária, divergem do cooperativismo representado pela OCB.

Cabe aprofundar o debate sobre a relação da economia solidária com a Organização das Cooperativas do Brasil. Com efeito, muitas cooperativas vinculadas à OCB não adotam os princípios anteriormente referidos da economia solidária não se podendo, portanto, inscrever essa entidade nacional no campo da Economia Solidária. Por outro lado, uma

parcela das cooperativas a ela associadas se identificam com a economia solidária e almejam que a OCB venha a assumir uma posição de compromisso com o avanço da Economia Solidária e com a sua própria auto-transformação nessa perspectiva. Por outra parte, destaca-se ainda que diversas formas organizativas da economia solidária tais como grupos de trocas com moeda social, entidades solidárias de microfinanças e de comércio justo não se conformam aos parâmetros da legislação cooperativa. Cabe pois aprofundar o debate sobre as divergências e convergências para uma posição consistente acerca dessa relação e sobre os problemas relacionados ao cooperativismo e economia solidária, particularmente quanto à intercooperação como elemento basilar da economia solidária.

Outro importante ponto em relação marco jurídico da economia solidária tem a ver não com o enquadramento jurídico deste campo, mas sim quanto sua relação com outras leis e ordenamentos. Algumas questões importantes para o movimento tem a ver com a Lei de falências, a questão fiscal, o direito do trabalho, a lei das licitações, entre outras.

Exemplo de outras ações vinculadas ao Marco Legal poderiam ser: criar/atualizar leis específicas trabalhistas, código civil, tributárias e previdenciárias para a economia solidária; criar uma legislação, lei de falência, lei de licitação, reforma tributária, fundo de seguridade social para o trabalhador; desenvolvimento de um marco legal que atenda a todas as práticas de economia solidária; aplicação de novas leis do código civil quanto ao número de cooperados; estado e poder político, tratamento diferenciado à economia popular solidária; contratação dos cooperados pelos municípios, estados e governo federal; programa de renda mínima para cooperativas populares, pelo prazo de 12 anos, nos quais os cooperados recebam para trabalhar nas cooperativas; promover políticas públicas de proteção à economia solidária, com a finalidade de reverter a lógica dessas políticas, que no momento não contribuem para a equidade no Brasil; lutar para a revisão das leis tributárias, para os produtos solidários; congregação das diferenças de concepção do cooperativismo identificado com a economia solidária; as grandes cooperativas já atuantes no país não podem ser tratadas em condições de igualdade com a economia solidária; que a política de compras governamentais de preferência aos produtos e serviços da economia solidária; estabelecimento de cotas para produção das cooperativas no atendimento das demandas públicas; criação de uma legislação específica voltada para as cooperativas autênticas, para a massa falida e para empreendimentos solidários; reconhecimento formal de outras formas de organização social para o trabalho, fundadas em princípios populares e solidários; mudança nas leis públicas estaduais para agrupar os segmentos da economia solidária; adaptar a lei 8.666 às cooperativas autênticas, permitindo a concorrência em licitações; mudança no caráter do benefício do INSS para o auxílio para quem é cooperado; criar instrumentos legais que eliminem os atravessadores; criação de lei que institui políticas públicas para a economia solidária; isenção de impostos estaduais, municipais e federais para o custeio da produção, para a compra de matérias-primas, aquisição de equipamentos, veículos, máquinas, dentre outros; emissão de nota especial de venda para poder participar das concorrências; conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares e organizações de economia familiar; promover tributação diferenciada para os empreendimentos de economia solidária, conforme escala de produção, etc.; empreender levantamento sobre os instrumentos normativos estaduais e municipais que legislam sobre a economia solidária no Brasil; articular os empreendimentos de economia solidária com os programas sociais dos governos; apoiar a organização de núcleos regionais nos estados para a mobilização e articulação da

economia solidária, elaborar legislação específica e fiscalização para o cooperativismo em empresas autogestionárias; central de comunicação para garantir a informação entre as regiões, para comercialização dos produtos; cadastro geral de empreendedores populares, com regularização das atividades e emissão de CNPJ; legislação que possibilite o crescimento dos empreendimentos populares; assegurar a realização das redes solidárias; licitação pública diferenciada, que contemple empreendimentos de economia solidária; definir zonas especiais de interesse da economia solidária, a serem definidos no PDUS – Plano Diretor de Uso do Solo e Estatuto da Cidade; estabelecer cotas obrigatórias para que os poderes públicos adquiram produtos de empreendimentos solidários.

Elementos Básicos para uma plataforma nesse aspecto são:

- 1.Criação e atualização de leis específicas do interesse da economia solidária;
- 2.Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária , tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.
- 3.Tributação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, considerando a escala de produção, número de trabalhadores envolvidos, tipos de produtos e bens, classificando-os como essenciais, semi-essenciais e não-essenciais (supérfluos)
- 4.Isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, equipamentos, máquinas, veículos etc.
- 5.Rediscutir a legislação em vigor que incide sobre algumas iniciativas solidárias, criando condições especiais de sustentação e apoio para esses empreendimentos, através de ações como a alteração da Lei das Licitações, 8.666, que impossibilita a compra e venda de produtos da Economia Solidária e estabelecer critérios diferenciados para os empreendimentos de Economia Solidária.
- 6.Estabelecer um marco jurídico adequado para a Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente o setor estatal e o setor privado Mercantil.
- 7.Conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de economia familiar.
- 8.Elaboração de uma nova legislação para empresas autogestionadas, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do INSS para quem é cooperado e ao mesmo tempo respeitando as diferentes concepções de cooperativismo.
- 9.Que o Estado reconheça formalmente as outras formas de organização para o trabalho, fundadas em princípios populares e solidários, elaborando Projeto de Lei que facilite a o apoio e desenvolvimento de experiências no campo da Economia Solidária.

Aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, buscando evitar fraudes que visam terceirização de mão-de-obra e redução de encargos legais.

Assegurar o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções No. 100 e No. 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção No. 156 (Trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro.

Definir zonas especiais de interesse e de implantação de projetos de Economia Solidária a serem definidos no Plano Diretor Urbano – PDU e Estatuto das Cidades.

Que o Estado garanta a contratação de cooperativas para prestação de serviços nas esferas municipais, estaduais e nacional.

Regularização das atividades dos empreendedores populares com a emissão de um CNPJ e nota de venda especial para viabilizar a participação em licitações.

Que a Lei de Falências favoreça a aquisição das empresas por parte dos trabalhadores sem obter as dívidas da empresa (passivo da massa falimentar).

Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

2.5 Educação

A educação é um desafio constante para a economia solidária, pois a sua expansão exige uma atitude crítica na compreensão abrangente dos processos econômicos e uma competência técnica na produção e gestão empresarial.

Frente a esse desafio muitas ações foram concebidas: inserir nos currículos escolares a matéria de economia solidária; construção de valores que fomentem a cultura da economia solidária; propor trabalhos acadêmicos interdisciplinares envolvendo todos os conteúdos relacionados à economia solidária; realizar a formação continuada para a autogestão, inserida nas realidades locais; processo educativo interligado ao desenvolvimento de novas tecnologias; criação de novos instrumentos para comunicação, linguagem, informação e tecnologia, garantindo a horizontalidade; inserir, no próximo censo, formulário que possibilite a identificação dos empreendimentos solidários; democratizar os recursos do FAT, permitindo maior inserção da Secretaria Nacional de Economia solidária; formação e capacitação dos profissionais para a economia solidária; inclusão da economia solidária nos fóruns de discussões, representações e decisões relacionados à implementação de políticas públicas afins; elaboração de livros didáticos que desenvolvam os princípios da economia solidária; divulgação massiva da cultura e dos produtos oriundos da economia solidária; cursos específicos para qualificação técnica; disponibilizar recursos para formação; pesquisa científica permanente; apoiar a formação de formadores em economia solidária; formação local e multiplicação; formação prática e teórica, com intercâmbios de estudo de campo - as pessoas receberiam formação no local e levariam a experiência para seus empreendimentos, particularmente tratando da viabilidade econômica dos empreendimentos com base na autogestão para sustentabilidade; integrar as várias experiências em educação, educação popular, educação sindical; assegurar a elevação da escolaridade dos trabalhadores da economia solidária; alterar a metodologia do PNQ, que atualmente não atende às necessidades da Economia solidária; promover a formação contextualizada às realidades regionais; fomentar a formação em Economia solidária com vistas à cidadania ativa, promovendo o empoderamento dos sujeitos.

Exemplo de outras ações vinculadas à Educação poderiam ser: difusão do consumo solidário, que seja justo, ético e crítico; incorporação do tema economia solidária nos currículos do ensino médio, superior e de pós-graduação; promover a educação de novas

gerações, desde a pré-escola, introduzindo valores e pedagogias que favoreçam a solidariedade; capacitação dos membros de iniciativas solidárias para melhorar a sua atuação, com financiamento público destinado àquelas entidades que possuem proficiência em economia solidária; financiar, com créditos democráticos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da economia solidária, além daqueles trabalhos voltados para o desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da economia solidária; promover encontros que favoreçam trocas no âmbito da economia solidária; criar centros de educação para a economia solidária, com formação técnica para a autogestão; incluir conceitos de economia solidária na educação formal, visando à criação de um novo modelo de sociedade; capacitação continuada; construção de valores; estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da economia solidária, buscando a pesquisa e a formação; promover a formação política e cultural voltada para a autogestão e solidariedade, rompendo com a lógica capitalista; adotar formação e qualificação dos trabalhadores das cooperativas e de formações associativas da economia solidária; garantir acesso à formação contínua; inserir no currículo escolar, ensino fundamental e médio, a consciência do cooperativismo baseados no princípio da economia solidária; implementar a formação de empreendedores da economia popular e solidária para produção, garantindo um padrão de qualidade; viabilizar estruturação metodológica considerando a diversidade cultural no que se refere à educação de comunicação social; adotar o conhecimento do saber popular; aprender a comercializar e calcular o preço justo; utilizar uma linguagem mais popular, que o povo e o empreendedor se identifique; adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades econômicas da economia solidária; incentivar a pesquisa de ensino na economia solidária nas universidades; implantar mudanças na cultura de consumo, a partir dos atores da economia popular e solidária; adotar formação para formadores e agentes multiplicadores da economia solidária; introduzir os princípios da economia solidária na educação formal; desenvolver-se programas de formação a distância em economia solidária.

Elementos Básicos para uma plataforma nesse aspecto são:

1. Promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.
2. Financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma.
3. Estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da Economia solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da Economia Solidária.
4. Formação e capacitação de profissionais membros ou não de iniciativas solidárias para a sua atuação na Economia Solidária, com financiamento público (convênios) destinadas àquelas entidades que possuem proficiência na área de Economia Solidária.
5. Subordinar o Sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da Economia Solidária.

6. Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.

7. Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.

8. Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária.

9. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.

10. Estimular os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal.

11. Criação de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade.

12. O ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como os da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.

13. Adotar uma estratégia de formação e capacitação, articulando as atividades da Economia Solidária, com estrutura metodológica que leve em consideração as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias.

14. Apoio à criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.

2.6 Democratização do Conhecimento e Tecnologia

A democratização do conhecimento e da tecnologia é inerente ao projeto da economia solidária posto que na base da solidariedade está uma atitude emancipatória de compartilhar a cultura com vistas a expandir as liberdades públicas e pessoais, eticamente exercidas. Neste campo trata-se de valorizar a função social e emancipatória da tecnologia e não apenas a sua função econômica; tornar socialmente mais acessíveis tecnologias úteis aos empreendimentos solidários e utilizar recursos disponíveis nas universidades para desenvolver tecnologias voltadas aos empreendimentos solidários; resgatar e valorizar o conhecimento acumulado pelas experiências de economia solidária, mapeando e sistematizando esse conhecimento enquanto uma tecnologia apropriada; desenvolver estratégias de disseminação da produção científica elaborada sobre o tema da economia solidária; formação e capacitação em tecnologias específicas apropriadas às iniciativas de economia solidária, através de centros regionais de difusão e capacitação; criar políticas públicas de formação para empreendedores sobre a ótica da economia popular e solidária; desenvolver políticas de ciência e tecnologia voltadas à melhoria da qualidade dos produtos da economia solidária, respeitando a cultura e os saberes locais; socialização dos conhecimentos tecnológicos produzidos nas universidades públicas; acesso a equipamentos e conhecimentos que propiciem a agregação de valor ao produto

desenvolvido pela economia solidária; elaboração de materiais didáticos de apoio para difundir técnicas às cooperativas populares; acompanhamento dos grupos com enfoque pedagógico, administrativo e técnico; fomentar a assessoria técnica desenvolvida pelas universidades, associações, outras cooperativas, etc.; difundir os conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo sobre contabilidade, jurídico, administrativo, etc.; capacitação profissional com vistas à gestão coletiva; alfabetização dos grupos de base e acesso à tecnologia da informação; assegurar acompanhamento técnico dos grupos, garantindo a sua autonomia, com prazos determinados de orientação; interface com as universidades públicas no desenvolvimento de tecnologias da economia solidária; que o poder público fomente a economia solidária com a criação de centros de apoio e financiamento, garantindo a independência dos grupos; apoiar a produção de novas tecnologias relacionadas à gestão e viabilização econômica dos empreendimentos; descentralização da tecnologia e da informação; apropriação e difusão de softwares livres e solidários como insumos produtivos.

Elementos Básicos para uma plataforma nesse aspecto são:

- 1.Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, bem como a melhoria das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.
- 2.Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas e saberes, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
- 3.Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária.
- 4.Descentralização da tecnologia e da informação, resgatando e valorizando o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento.
- 5.Criar programas de financiamentos voltados as ONGs, ITCPs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de Economia Solidária.
- 6.Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, as peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.
- 7.Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.
- 8.Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores da área urbana e da área rural.
- 9.Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas

áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.

10. Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada a sua função econômica.

11. Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária.

12. Difundir e ampliar a troca de experiências entre os grupos participantes da Economia Solidária, garantindo a transversalidade dessas ações, através de uma rede de articulação utilizando, por exemplo: materiais didáticos de apoio, conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo, como noções na área de comercialização, contábil, jurídica, administrativa, etc.

2.7 Comunicação

A Economia Solidária, apesar de acontecer na prática de diversas maneiras, é pouco conhecida ou reconhecida, inclusive pelos que estão atuando na área, seja como fomentadores (assessorias, ONGs), seja como empreendimentos solidários. É, portanto, um desafio ao movimento o de se fazer conhecer, não só para que os atores da Economia Solidária se reconheçam como parte de um movimento, como também para sensibilizar as pessoas em geral sobre a importância ética e política do ato de consumir, e das possibilidades de se pensar um outro mundo, com outras relações de trabalho e com distribuição de renda e poder.

Alguns programas e Ações podem ser elencados:

* Campanha Nacional “Economia Solidária: Outra Economia Acontece”: campanha nacional, com o objetivo de dar maior visibilidade à Economia Solidária no país, além de chamar a atenção do público em geral para a importância do consumo ético e solidário.

* Campanha Nacional pelo Consumo Consciente: envolve o Dia Nacional (15 de dezembro), a Semana Nacional de Economia Solidária e a Conferência Nacional de Economia Solidária. A campanha visa a articulação de diversos parceiros com interesse em consumo consciente, divulgar-se marca e slogan da economia solidária, ter caráter de denúncia e de proposição; as feiras devem ser aproveitadas para a campanha, com o público em geral, empreendimentos e produtores, animando o consumo solidário.

* Centro de Documentação em Economia Solidária: tendo como objetivo recolher, através de esforço nacional, material existente pelo Brasil relevantes para a história e organização da economia solidária e estimular a produção em rede de novos materiais.

* Agência nacional de notícias de economia solidária: com parcerias institucionais divulgar, através da Radiobras, as principais notícias da economia solidária no Brasil e no Exterior.

Exemplo de outras ações vinculadas à Comunicação poderiam ser: elaboração de projeto de lei que facilite a propaganda dos empreendimentos solidários a custos populares; divulgação junto à sociedade das vantagens sociais do consumo de produtos e serviços de empreendimentos solidários; a difusão e o intercâmbio entre as experiências da economia solidária, criar um sistema de comunicação da economia solidária utilizando-se a complementaridade das diversas mídias, particularmente da Internet;

Elementos Básicos para uma plataforma nesse aspecto são:

Utilização dos meios de comunicação já existentes ou a criação de um sistema de comunicação que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores da Economia Solidária, utilizando linguagem apropriada através de recursos como o ensino à distância,

vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, criação de sites na Internet, a criação de um disco Economia Solidária etc., garantindo a horizontalidade da informação.

Criar um banco nacional de políticas públicas e experiências bem sucedidas na área da Economia Solidária, de fácil acesso na Internet, a ser alimentado por administradores que desenvolvem programas de Economia Solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.

Difusão das experiências e intercâmbio de informações entre os agentes da Economia Solidária e a sociedade, mostrando as experiências que obtiveram êxito nas diversas áreas de atuação.

Facilitar a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais, revistas etc., melhorando o acesso da população às informações sobre a Economia Solidária, bem como o estímulo à produção de programas, pelas TVs e rádios comunitárias com o tema da Economia Solidária.

Divulgar continuamente a cultura, as idéias e práticas da Economia Solidária junto à população, particularmente no que se refere ao consumo solidário (como modelo de educação), das vantagens sociais e éticas deste consumo quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários.

2.8 Relações Internacionais

Transcendendo as fronteiras nacionais, há a perspectiva de maior integração do movimento nacional aos vários movimentos e redes existentes mundo afora, em especial na América Latina.

* Fórum Social Mundial - A Economia Solidária tem-se mostrado crescentemente presente neste encontro anual. Em especial, vale destacar o V Fórum Social Mundial (janeiro de 2005), em que a Economia Solidária fez parte da própria infra-estrutura do evento (alimentação, tabladros, segurança, confecção das bolsas dos participantes, entre outros). Nesta ocasião, entidades e redes de economia solidária empreenderam um esforço de construção de um documento internacional de propostas e desafios da economia solidária no mundo, no eixo das economias soberanas.

* Articulação junto às Redes Internacionais -Diversas entidades brasileiras que atuam no campo da economia solidária participam de redes, eventos e articulações internacionais estratégicos para o movimento de Economia Solidária, como o Encontro Internacional de Dakar (novembro de 2005) e a série de eventos que marcaram o ano Brasil na França 2005. Inúmeros empreendimentos brasileiros estão integrados a redes internacionais de comércio justo e a redes de intercâmbio de conhecimentos e saberes, compartilhando experiências com diversos países nos campos de finança ética, moeda social e softwares livres, entre vários outros.

A eleição de governos com perfil mais popular na América Latina, como no caso da Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia, abre um cenário favorável para ações de comércio justo internacional e transferências de tecnologias de economia solidária entre esses países com apoio de governos nacionais.

Alguns Elementos Básicos para uma plataforma nesse aspecto podem ser:

Gerar acordos internacionais no âmbito do Mercosul visando consolidar e expandir fluxos econômicos solidários na região, com programas de apoio ao desenvolvimento do Comércio Ético e Solidário entre os vários países membros, gerando facilidades de exportação e importação desses produtos e serviços;

Gestionar pela criação de programas multilaterais de intercâmbio tecnológico no campo da economia solidária e fomento à reorganização solidária e ecologicamente sustentável de cadeias produtivas locais;

Que o governo brasileiro associe, em seus pronunciamentos internacionais sobre a melhor distribuição de renda no mundo, sobre o combate a fome, a promoção da paz e as metas do milênio, as estratégias e ações de economia solidária para a promoção do desenvolvimento sustentável, economicamente viável e socialmente justo.

Parte 3 – Ações de Estado

3. Algumas Políticas Públicas, Programas, Projetos e Ações

Cabe ao Governo Federal manter um ambiente de construção de políticas públicas junto com as instâncias de representação da Economia Solidária a fim de definir adequadamente os instrumentos dessas políticas para a Economia Solidária, seus programas, projetos e ações.

Entre as principais que já estão sendo implantadas, elenca-se:

* Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – Mapeamento: o SNIES, é coordenado pela SENAES, e dará base ao Atlas da Economia Solidária no Brasil, possibilitando mapear zonas de potencialidades econômicas de zonas socioeconômicas, facilitando a organização de cadeias produtivas solidárias.

* Articulação da política da Economia Solidária com o sistema público de emprego, explorando-se algumas conseqüências dessa articulação.

* Centros públicos de Economia Solidária: espaços locais para a Economia Solidária para aglutinação de diversas iniciativas, formação, reuniões dos Fóruns estaduais, abrigo de eventos culturais ligados à Economia Solidária, pequenas atividades comerciais, etc. Trata-se de espaços públicos mas não estatais, com gestão compartilhada entre governo e sociedade civil. Decorrem da necessidade de ter-se espaços públicos para estruturar ações de Economia Solidária; devem ser espaço de irradiação que apontem para articulação em rede dos atores da Economia solidária; devem ser implementados em localidades que gerem novas dinâmicas econômicas sociais para o território e considerar ações direcionadas a preservação e sustentação do meio ambiente.

* Mapeamento da oferta organizada da agricultura familiar (associações, organizações): com uma articulação interministerial está sendo feito este levantamento sobre a agricultura familiar, que dará base a um estudo propositivo, possibilitando definir-se linhas de ações concretas: capacitação, assessoria e formas de apoio a essas organizações; apoiar a formação de redes horizontais, criando-se condições para que as redes possam se reunir, através de projetos, gerando-se suporte para encontros e ações articuladas; avaliar a sustentabilidade da produção. Abre-se aí um importante espaço de articulação com a economia solidária.

* Ação de Promoção do Comércio Justo e Consumo Responsável: ação da Senaes que visa fomentar práticas de comércio e consumo solidários em todo o Brasil -Programa de apoio a Feiras de Economia Solidária, Fomento ao Sistema de Comercialização Regional - Centrais de Comercialização e Campanha de Nacional de Promoção dos Produtos e Serviços da Economia Solidária

* Centrais de Comercialização: Espaços de encontro, troca de experiências, estudo e debate; informação e formação, exposição de produtos, possibilitando-se aos produtores fazerem negócios (compra e venda), com gestão e administração pelos empreendimentos.

* Programa de Fomento a Feiras, elaborando-se um calendário unificado de feiras municipais, estaduais, nacional; trabalhando-se a formação juntamente com a

comercialização, foi desenvolvido em parceria com entidades da sociedade civil e o Governo Federal. Estas feiras têm três objetivos principais: proporcionar um espaço de comercialização dos produtos da Economia Solidária; promover formação em Economia Solidária para os próprios empreendimentos solidários envolvidos e o público em geral; e dar visibilidade ao movimento e aos conceitos de Economia Solidária para o cidadão comum, devendo se articular à campanha nacional “Economia Solidária: Outra Economia Acontece”.

* Semana Nacional da Economia Solidária: com manifestações em todos os âmbitos (local, estadual e nacional) possibilita integrando eventos e feiras.

Entre as principais propostas que, têm sido debatidas nacionalmente nos últimos meses, e deveriam ser implantadas, elenca-se:

* Fundo Nacional da Economia Solidária. Composto de recursos de diferentes fontes, para atender diferentes formas de finanças solidárias: Fundo Rotativo, Cooperativa de Crédito, Moedas sociais, Poupanças Solidárias, com gestão compartilhada. O Fundo deve ser descentralizado, para promover o desenvolvimento local, com a participação dos Fóruns Locais. (a ser implantado)

* Formalização e Inclusão Social de Empreendedores de Baixa Renda, uma vez que segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE em março de 2004, 21,8% da população ocupada é de empregados sem carteira assinada e outros 21% correspondem a trabalhadores por conta -própria. Uma parte desses trabalhadores são pequenos empreendedores informais que trabalham em condições precárias. A formalização permitiria o acesso a linhas de crédito, benefícios de políticas públicas voltados à atividade econômica formal e acesso ao comércio regular entre empresas. Entre as soluções apresentadas para induzir e facilitar a formalização estão a simplificação dos regimes tributário, previdenciário e trabalhista e mecanismos de apoio para o cumprimento das obrigações e procedimentos necessários ao registro e gestão dos pequenos e médios empreendedores.

* Sistema Nacional de Comercialização Solidária: integrando diversas ações com vistas a potencializar o comércio ético e consumo solidário, cuja estratégia de implantação tem sido debatida com articulações e fóruns, além de envolver Ministérios como o MTE, MDA e MDS, visando consolidar uma proposta pensando do ponto de vista territorial, estimulando processos de integração das ações de comércio e avançar em metodologias adequadas à diversidade de contextos e perfis de consumidores de cada região ou território.

* Campanha Nacional de divulgação da Ecosol: divulgar e massificar a Economia Solidária valendo-se de televisão, rádio, Internet, material impresso, e de um portal sobre Economia Solidária.

* Portal Público de Economia Solidária – catálogo on line dos produtos e serviços da economia solidária, facilitando a comercialização e a articulação entre produtores e consumidores.

* IBGE: Inclusão de variáveis e indicadores de interesse da economia solidária nas suas pesquisas.

No que se refere à Economia Solidária e Segurança Alimentar, nos quadros do Programa Fome Zero (cujo orçamento em 2005 ultrapassou a R\$ 12 bilhões) há muitas interfaces que podem ser melhor exploradas pela economia solidária, particularmente duas.

* Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local -Consad: reunindo um conjunto de municípios em instâncias deliberativas compostas por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do poder público, esses consórcios definem um Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado, que pode estar baseado em um opção estratégica

pela Economia Solidária. Assim, o Consad Serra Catarinense, por exemplo, implementa atualmente o projeto de constituição de uma Rede de Economia Solidária, visando a integração cooperativa de Consumo e da Produção, mapeando e diagnosticando as demandas de consumo e produção da região. Atualmente há 40 Consads espalhados pelos 26 estados brasileiros.

* Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: possibilitando que Agricultores Familiares vendam uma parte de sua produção (pouco mais de R\$ 3 mil anuais) ao Governo Federal que por sua vez utiliza esses produtos em várias ações de segurança alimentar. Até junho de 2001 o Governo Federal havia investido R\$ 461 milhões na compra de produtos da agricultura familiar. Nesse contexto, por exemplo, o Consad do Extremo-Oeste Catarinense, implementando de forma inteligente o Programa de Aquisição de Alimentos, gerou a possibilidade de efetuar a cada mês uma compra pública de produtos de 400 famílias de agricultores, utilizada na produção de cestas de alimentos e no abastecimento da rede pública, atendendo a 18 mil pessoas com produtos de elevada qualidade, entre os quais, salames, queijos, frangos, files de peixe, etc. Igualmente nesse âmbito há um espaço aberto que pode favorecer as organizações de economia solidária e articulação campo-cidade.

* Bolsa Família – Este Programa de Transferência de Renda já alcança a mais de 8 milhões de famílias devendo chegar a pouco mais de 11 milhões de famílias no próximo ano. Somente no Consórcio do Vale do Ribeira, SP, há uma transferência mensal de aproximadamente um milhão de reais para famílias que viviam na condição de insegurança alimentar. A organização de iniciativas solidárias de consumo e de produção com a população beneficiária do Bolsa Família pode ter um impacto significativo. Com a integração do total das famílias a serem beneficiadas, o volume de transferência de renda mensal a essas famílias vai girar acima de meio bilhão de reais ao mês no Brasil, uma vez que somente em 2005 foram transferidos aproximadamente R\$ 6,6 bilhões nesse programa.

* Programa de Atendimento Integral às Famílias – PAIF: em Paracuru, CE, o Banco Palmas assessorou o município que implantou um sistema local com uma moeda social PAR em correspondência ao volume de recursos recebidos no PAIF, ativando o comércio e a produção local com a utilização da moeda social. Em 2005, em todo o Brasil, foram aplicados nesse programa, conhecido como casas da Família, cerca de R\$ 100 milhões.

* Inclusão Produtiva – programa de geração de renda no Fome Zero na perspectiva da Economia Solidária cujos recursos em 2005 giraram em torno de R\$ 27 milhões.

Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política

Karl Marx

Fonte: *The Marxists Internet Archive*

Prefácio

Indivíduos que produzem em sociedade, ou seja a produção de indivíduos socialmente determinada: eis naturalmente o ponto de partida. O caçador e o pescador individuais e isolados, com que começam Smith e Ricardo, fazem parte das ficções pobremente imaginadas do século XVIII; são robinsonadas que, pese embora aos historiadores da civilização, não exprimem de modo nenhum uma simples reação contra um refinamento excessivo e um regresso aquilo que muito erradamente se entende como vida natural. O "contrato social" de Rousseau, que estabelece conexões e laços entre sujeitos independentes por natureza, tampouco se baseia em tal naturalismo. Este naturalismo não é senão a aparência, e aparência puramente estética, das grandes e pequenas robinsonadas. Na realidade, trata-se antes de uma antecipação da "sociedade civil", que se preparava desde o século XVI e que no século XVIII marchava a passos de gigante para a maturidade. Nesta sociedade de livre concorrência, cada indivíduo aparece desligado dos laços naturais, etc., que, em épocas históricas anteriores, faziam dele parte integrante de um conglomerado humano determinado e circunscrito. Este indivíduo do século XVIII é produto, por um lado, da decomposição das formas de sociedade feudais, e por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI. E, aos profetas do século XVIII, (sobre cujos ombros se apóiam ainda totalmente Smith e Ricardo), este indivíduo aparece como um ideal cuja existência situavam no passado; não o vêem como um resultado histórico, mas sim como ponto de partida da história. E que, segundo a concepção que tinham da natureza humana, o indivíduo não aparece como produto histórico, mas sim como um dado da natureza pois, assim, está de acordo com a sua concepção da natureza humana. Até hoje, esta mistificação tem sido própria de todas as épocas novas. Stuart, que se opôs em muitos aspectos ao século XVIII e que, dada a sua condição de aristocrata, se ateuve mais ao terreno histórico, evitou esta puerilidade.

Estudo o sistema da economia burguesa nesta ordem: capital, propriedade do solo, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial.

Sob o três primeiros títulos, investigo as condições econômicas de vida de três grandes classes em que se divide a moderna sociedade burguesa; a conexão entre os três títulos restante salta à vista.

A primeira seção do livro primeiro que trata do capital, contém os seguintes capítulos:

- 1) a mercadoria;
- 2) o dinheiro ou circulação simples;
- 3) o capital, em geral.

Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente fascículo.

Tenho diante de mim todos os materiais da obra na forma de monografias, redigidas a grandes intervalos de tempo para o esclarecimento das minhas próprias idéias e não para publicação; a elaboração sistemática de todos esses materiais, de acordo com o plano estabelecido, dependerá de circunstâncias externas.

Embora tenha esboçado urna Introdução geral, prescindindo dela, pois bem pensadas as coisas, creio que adiantar resultados que vão ser demonstrados, seria antes um estorvo, e

o leitor que queria realmente acompanhar-me deverá estar disposto a seguir do particular para o geral.

Por outro lado, parecem-me oportunas aqui algumas referências à trajetória dos meus estudos de economia política.

Os meus estudos profissionais eram os de jurisprudência, com que, todavia, só me preocupei como disciplina secundária, ao lado da filosofia e da história. Em 1842-43, sendo redator da Gazeta Renana (1) vi-me pela primeira vez no difícil transe de ter que opinar sobre os chamados interesses materiais.

Os debates da Dieta Renana sobre a destruição furtiva e o parcelamento da propriedade do solo, a polémica oficial mantida entre o sr. von Schaper, na ocasião governador da província Renana, e a Gazeta Renana sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre câmbio e o protecionismo levaram-me a ocupar-me pela primeira vez de questões econômicas.

Por outro lado, naqueles tempos em que o bom desejo de "marchar na vanguarda" superava de muito o conhecimento da matéria, a Gazeta Renana deixava transparecer um eco do socialismo e do comunismo, francês, tingido de um leve matiz filosófico.

Declarei-me contra aqueles embustes, confessando ao mesmo tempo, de modo categórico, numa controvérsia com a Gazeta Geral de Augsburg (2), que os meus estudos até então não me permitiam aventurar nenhum juízo sobre o conteúdo propriamente dito das tendências francesas. Em vez disso, aproveitei avidamente a ilusão dos gerentes da Gazeta Renana, que acreditavam que, suavizando a atitude do periódico, conseguiriam a revogação da sentença de morte já decretada contra ele, para retirar-me da cena pública para meu quarto de estudo.

O meu primeiro trabalho, empreendido para resolver as dúvidas que me assaltavam, foi uma revisão crítica da filosofia hegeliana do direito, trabalho cuja introdução veio a lume em 1844, nos Anais Franco-Alemães (3), que se publicavam em Paris.

A minha investigação desembocava no resultado de ,que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de "sociedade civil", e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política.

Em Bruxelas, para onde me transferi, em virtude de uma ordem de expulsão imposta pelo sr. Guizot, tive ocasião de prosseguir nos meus estudos de economia política, Iniciados em Paris.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a

sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali.

De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social.

Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.

Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo.

E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência.

Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre, que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização.

A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos.

As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo.

Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana.

Engels, com quem mantive constante intercâmbio escrito, de idéias, desde a publicação do seu genial esboço sobre a crítica das categorias econômicas (nos Anais Franco-Alemães), havia chegado por caminho diferente (veja-se o seu livro A Situação da Classe Operária na Inglaterra) ao mesmo resultado que eu.

E quando, na primavera de 1845, ele se estabeleceu também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto para opor o nosso ponto de vista ao ponto de vista Ideológico da filosofia alemã; na realidade, liquidar com a nossa consciência filosófica anterior.

O propósito foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito -dois grossos volumes in octavo (4) -já estava há muito tempo na Vestfália, no lugar em que deveria ser editado, quando nos inteiramos de que novas circunstâncias imprevistas impediam a sua publicação.

Em vista disso, entregamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, de muito bom grado, pois o nosso objetivo principal-esclarecer as nossas próprias idéias, já estava alcançado.

Entre os trabalhos dispersos em que, por aquela época, expusemos ao público as nossas idéias, sob vários aspectos, só citarei o Manifesto do Partido Comunista, redigido em colaboração por Engels e por mim, e um Discurso Sobre o Livre Câmbio, que publiquei.

Os pontos decisivos da nossa concepção foram expostos pela primeira vez, cientificamente, embora só em forma polêmica, na obra Miséria da Filosofia, etc., publicada por mim em 1847 e dirigida contra Proudhon.

A publicação de um estudo escrito em alemão sobre o Trabalho Assalariado, que reunia as conferências pronunciadas por mim sobre este tema, na Associação Operária Alemã de Bruxelas, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro, que trouxe como consequência o meu afastamento forçado da Bélgica.

A publicação da Nova Gazeta Renana (1848-1849) e os acontecimentos posteriores interromperam os meus estudos econômicos, que só pude reiniciar em 1850, em Londres.

Os imensos materiais para a história da economia política acumulados no British Museum, a posição tão favorável que oferece Londres à observação da sociedade burguesa e, finalmente, a nova fase de desenvolvimento em que parecia entrar esta com a descoberta do ouro da Califórnia e da Austrália, me impulsionaram a recomeçar do princípio, abrindo caminho, de modo crítico, através dos novos materiais.

Esses estudos me levavam, às vezes, por si mesmos, a campos aparentemente afastados e nos quais tinha de deter-me durante algum tempo.

Mas o que sobretudo me roubava o tempo era a necessidade imperiosa de trabalhar para viver.

A minha colaboração, desde há oito anos, no primeiro jornal anglo-americano, o New York Tribune (5), obrigava-me a dispersar extraordinariamente os meus estudos, de vez que só em casos excepcionais me dedico a escrever para a imprensa correspondências propriamente ditas.

Os artigos sobre os acontecimentos econômicos mais em evidência da Inglaterra e do Continente constituíam parte tão importante da minha colaboração, que isso me obrigava a familiarizar-me com uma série de pormenores de caráter prático situados fora da órbita da ciência propriamente econômica.

Este esboço sobre a trajetória dos meus estudos no campo da economia política tende simplesmente a demonstrar que as minhas idéias, qualquer que seja o juízo que mereçam, e por muito que se choquem com os preconceitos interessados das classes dominantes, são o fruto de longos anos de conscienciosa investigação.

E à porta da ciência, como à porta do inferno, deveria estampar-se esta divisa: Qui si convien lasciare ogni sospetto; Ogni vità convien che qui sia morta (6) . K. Marx. Londres, Janeiro de 1859. Publicado no livro de K. Marx Contribuição à Crítica da Economia Política.

Notas:

(1) Reich Zeitung -Diário radical publicado em Colônia em 1842-1843. Marx foi seu redator-chefe de 15 de outubro de 1842 a 18 de março de 1843 (N. da R.) (retornar ao texto)

(2) Marx se refere aqui ao seu artigo O Comunismo e a "Gazeta Geral de Augsburg". Veja-se K. Marx o

F. Engels, Gesamtausgabe, Erste Abt., Bd. I. Frankfurt ^a M. 1927, S. 260-265 (N. da R.) (retornar ao texto)

(3) Deutsch-Franzoesische Jahrbucher -órgão da propaganda revolucionária e comunista, editado por Marx em Paris, no ano de 1844 (N. da R) (retornar ao texto)

(4) Trata-se da obra de Marx e Engels A Ideologia Alem . (N. da R.) (retornar ao texto)

(5) New York Daily Tribune -Diário democrático que se publicou em Nova York entre 1841 e 1924. Marx colaborou nele de 1851 a 1862. (N. da R.) (retornar ao texto)

(6) "Deixe-se aqui tudo o que é suspeito -Mate-se aqui toda vileza" (Dante -A Divina Comédia) (N. da R.) (retornar ao texto)

Produção, Consumo, Distribuição, Troca (Circulação)

1. Produção

a) O objeto a considerar em primeiro lugar é a produção material.

Indivíduos que produzem em sociedade, ou seja a produção de indivíduos socialmente determinada: eis naturalmente o ponto de partida. O caçador e o pescador individuais e isolados, com que começam Smith e Ricardo, fazem parte das ficções pobremente imaginadas do século XVIII; são robinsonadas que, pese embora aos historiadores da civilização, não exprimem de modo nenhum uma simples reação contra um refinamento excessivo e um regresso aquilo que muito erradamente se entende como vida natural. O "contrato social" de Rousseau, que estabelece ligações e laços entre sujeitos independentes por natureza, tampouco se baseia em tal naturalismo. Este naturalismo não é senão a aparência, e aparência puramente estética, das grandes e pequenas robinsonadas. Na realidade, trata-se antes de uma antecipação da "sociedade civil", que se preparava desde o século XVI e que no século XVIII marchava a passos de gigante para a maturidade. Nesta sociedade de livre concorrência, cada indivíduo aparece desligado dos laços naturais, etc., que, em épocas históricas anteriores, faziam dele parte integrante de um conglomerado humano determinado e circunscrito. Este indivíduo do século XVIII é produto, por um lado, da decomposição das formas de sociedade feudais, e por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI. E, aos profetas do século XVIII, (sobre cujos ombros se apóiam ainda totalmente Smith e Ricardo), este indivíduo aparece como um ideal cuja existência situavam no passado; não o vêem como um resultado histórico, mas sim como ponto de partida da história. E que, segundo a concepção que tinham da natureza humana, o indivíduo não aparece como produto histórico, mas sim como um dado da natureza pois, assim, está de acordo com a sua concepção da natureza humana. Até hoje, esta mistificação tem sido própria de todas as épocas novas. Stuart, que se opôs em muitos aspectos ao século XVIII e que, dada a sua condição de aristocrata, se ateuve mais ao terreno histórico, evitou esta puerilidade.

Quanto mais recuamos na história, mais o indivíduo -e portanto o produtor individual -nos aparece como elemento que depende e faz parte de um todo mais vasto; faz parte, em primeiro lugar, e de maneira ainda inteiramente natural, da família e dessa família ampliada que é a tribo; mais tarde, faz parte das diferentes formas de comunidades provenientes do antagonismo entre as tribos e da fusão destas. Só no século XVIII, na "sociedade civil", as diversas formas de conexão social aparecem face ao indivíduo como simples meios para alcançar os seus fins privados, como uma necessidade exterior a ele. Contudo, a época que gera este ponto de vista, esta idéia do indivíduo isolado, é exatamente a época em que as relações sociais (universais, segundo esse ponto de vista) alcançaram o seu mais alto grau de desenvolvimento.

O homem é, no sentido mais literal, um zoon politikon (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar. A produção realizada por um indivíduo isolado, fora do âmbito da sociedade -fato excepcional, mas que pode acontecer, por exemplo, quando um indivíduo civilizado, que potencialmente possui já em si as forças próprias da sociedade, se extravia num lugar deserto -é um absurdo tão grande como a idéia de que a linguagem se pode desenvolver sem a presença de indivíduos que vivam juntos e falem uns com os outros. Não vale a

pena determo-nos mais neste ponto. Nem seria sequer de abordar a questão, se esta tollice - que tinha sentido e razão de ser para os homens do século XVIII - não tivesse sido novamente introduzida, com a maior das seriedades, na economia política moderna por Bastiat, Carey, Proudhon, etc. claro que, para Proudhon, entre outros, se torna bastante cômodo explicar a origem de uma relação econômica cuja gênese histórica desconhece em termos de filosofia da história; e, assim, recorre aos mitos: essa relação foi uma idéia súbita e acabada que ocorreu a Adão ou Prometeu, os quais, em seguida a introduziram, etc. Não há nada mais enfadonho e árido do que o locus communus em dei irio.

Por conseguinte, quando falamos de produção, trata-se da produção num determinado nível de desenvolvimento social, trata-se da produção de indivíduos que vivem em sociedade. Assim poderia parecer que, para falarmos de produção, seria necessário: ou descrever o processo de desenvolvimento histórico nas suas diferentes fases; ou então declarar de início que nos referimos a uma determinada época histórica bem definida, como por exemplo à produção burguesa moderna, que é na realidade o nosso tema específico. Não obstante, todas as épocas da produção têm certos traços e certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração que possui um sentido, na medida em que realça os elementos comuns, os fixa e assim nos poupa repetições. Contudo, esses caracteres gerais ou esses elementos comuns, destacados por comparação, articulam-se de maneira muito diversa e desdobram-se em determinações distintas. Alguns desses caracteres pertencem a todas as épocas; outros, apenas a algumas. Certas determinações serão comuns às épocas mais recentes e mais antigas. São determinações sem as quais não se poderia conceber nenhuma espécie de produção. Certas leis regem tanto as línguas mais desenvolvidas como outras mais atrasadas; no entanto, o que constitui a sua evolução são precisamente os elementos não gerais e não comuns que possuem. indispensável fazer ressaltar claramente as características comuns a toda a produção em geral, e isto porque, uma vez que são sempre idênticos o sujeito (a humanidade) e o objeto (a natureza), correríamos o risco de esquecer as diferenças essenciais. Neste esquecimento reside, por exemplo, toda a "sapiência" dos economistas políticos modernos, os quais tentam demonstrar que as relações sociais existentes são harmoniosas e eternas. Um exemplo. Não pode haver produção sem um instrumento de produção, nem que seja simplesmente a mão; não pode haver produção sem haver um trabalho acumulado no passado, mesmo que esse trabalho consista na habilidade que, pelo exercício repetido, se desenvolveu e concentrou na mão do selvagem. O capital também é um instrumento de produção; o capital também é um trabalho passado, objetivado. Logo, o capital seria uma relação natural, universal e eterna; mas só o seria se puséssemos de parte o elemento específico que transforma "instrumento de produção" e "trabalho acumulado" em capital. Assim, toda a história das relações de produção aparece, por exemplo em Carey, como uma falsificação malevolamente organizada pelos governos.

Se não existe produção em geral, também não há uma produção geral. A produção é sempre um ramo particular da produção - por exemplo, a agricultura, a criação de gado, a manufatura - ou uma totalidade. Porém, a economia política não é a tecnologia. Analisaremos mais tarde a relação entre as determinações gerais da produção, num dado estágio social, e as formas particulares da produção.

Por fim, a produção não é apenas uma produção particular: constitui sempre um corpo social, um sujeito social, que atua num conjunto -mais ou menos vasto, mais ou menos rico -de ramos de produção. Não é este o lugar mais adequado para estudar a relação entre o resultado da análise científica e o movimento da realidade. Devemos, por

consequente, estabelecer uma distinção entre a produção em geral, os ramos particulares da produção e a totalidade da produção.

Em Economia Política tornou-se moda começar por uma introdução geral, intitulada "Produção" (Cf., p. ex., J. Stuart Mill em "Princípios de Economia Política"), introdução essa em que se trata das condições gerais de toda a produção, e inclui - ou deveria incluir:

1) As condições sem as quais não é possível a produção. Não passa, contudo, de uma simples enumeração dos momentos essenciais de qualquer produção; e, com efeito, limita-se, como veremos, ao enunciado de algumas determinações elementares que, à força de serem repisadas, se convertem em vulgares tautologias.

2) As condições que favorecem em maior ou menor grau a produção; por exemplo: a análise de Adam Smith sobre o estado de progresso ou de estagnação das sociedades. Para dar um caráter científico a esta análise da sua obra, que, nele, tem o valor de conspecto geral, seria necessário investigar os diversos níveis de produtividade atingidos por cada um dos povos em diferentes períodos do seu desenvolvimento. Essa investigação ultrapassa os limites do nosso estudo, mas inclui-la-emos nas partes referentes à análise da concorrência, da acumulação, etc., na medida em que ela aí se enquadrar. Em termos gerais, a resposta é a seguinte: um povo industrial atinge o seu apogeu produtivo no momento em que atinge o seu apogeu histórico geral. *In fact*, um povo encontra-se no seu apogeu industrial quando, para ele, o essencial não é o lucro, mas sim a busca do lucro (é essa a superioridade dos americanos sobre os ingleses). A resposta também pode ser a seguinte: certas raças, certas aptidões, certos climas, certas condições naturais (proximidade do mar, fertilidade do solo, etc.) são mais favoráveis à produção do que outras; isto conduz mais uma vez a uma tautologia: a riqueza gera-se com tanto mais facilidade quanto maior for o número dos seus elementos subjetivos e objetivos disponíveis.

Mas não é apenas isto que os economistas visam nessa parte introdutória geral. Pretendem prioritariamente (cf. Mill) apresentar a produção - contrariamente à distribuição, etc. - como sujeita a leis eternas da natureza, independentes da história; o que é uma boa ocasião para insinuar que as relações burguesas são leis naturais e indestrutíveis da sociedade in abstracto. esta a finalidade, mais ou menos consciente, de toda a manobra. Já na distribuição, segundo eles, os homens se podem permitir toda a espécie de arbitrariedades. Não falando já da separação brutal entre a produção e a distribuição que isto constitui - e põe de parte a sua ligação real - uma coisa é imediatamente evidente: por mais diferente que seja a distribuição nos diversos estágios da sociedade, é possível fazer ressaltar - tal como no caso da produção - as características comuns, assim como é possível confundir ou dissolver todas as diferenças históricas em leis que se apliquem ao homem em geral. Por exemplo: o escravo, o servo e o trabalhador assalariado recebem todos uma determinada quantidade de alimentos que lhes permite subsistir como escravo, como servo e como trabalhador assalariado; por seu lado, o conquistador vive dos tributos, o funcionário vive dos impostos, o proprietário do rendimento das terras, o monge das esmolas, o levita do dízimo - e todos estes recebem uma parte da produção social, mas esta parte é determinada por leis diferentes das que se aplicam ao escravo, etc.

Os dois pontos que todos os economistas incluem nesta rubrica, são: 1) a propriedade; 2) a proteção da propriedade pela justiça, pela polícia, etc.

A isto responderemos em duas palavras:

1) A produção é sempre apropriação da natureza pelo indivíduo no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada. Neste sentido, é uma tautologia afirmar que a propriedade (apropriação) constitui uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daqui para uma forma determinada de propriedade, para a propriedade privada, por exemplo (tanto mais que esta implica, como condição, uma forma sua antagônica; a não-propriedade). Bem pelo contrário, a história mostra-nos que a propriedade comum (por exemplo nos índios, nos Eslavos, nos antigos Celtas, etc.) representa a forma primitiva, forma essa que, durante muito tempo, continuou a desempenhar um papel muito importante, como propriedade comunal. Não está em causa por agora o saber-se se a riqueza se desenvolve melhor sob esta ou aquela forma de propriedade. Mas é uma pura tautologia afirmar que não pode haver produção, nem tão pouco sociedade, quando não existe nenhuma forma de propriedade. Uma apropriação que não se apropria de nada é uma *contradictio in subjecto* (contradição nos termos).

2) (Proteção da propriedade, etc.). Quando se reduzem estas trivialidades ao seu conteúdo real, elas exprimem muito mais do que aquilo que sabem os seus pregadores; a saber: cada forma de produção gera as suas próprias relações jurídicas, a sua própria forma de governo, etc. Muita ignorância e muita incompreensão se revelam no fato de se relacionar apenas fortuitamente fenômenos que constituem um todo orgânico, de se apresentar as suas ligações como nexos puramente reflexivos. Aos economistas burgueses parece-lhes que a produção funciona melhor com a polícia moderna do que, por exemplo, com a aplicação da lei do mais forte. Esquecem-se apenas de que a "lei do mais forte" também constitui um direito e que é esse direito que sobrevive, com outra forma, naquilo a que chamam "Estado de direito".

E claro que, quando as condições sociais correspondentes a uma determinada forma da produção se encontram ainda em desenvolvimento -ou quando já entraram em declínio - se manifestam certas perturbações na produção, embora a sua intensidade e os seus efeitos sejam variáveis.

Em resumo: todas as épocas da produção têm determinados elementos comuns que o pensamento generaliza: porém, as chamadas condições gerais de toda a produção são elementos abstratos que não permitem compreender nenhuma das faces históricas reais da produção.

2. As Relações Gerais entre a Produção e a Distribuição, a Troca e o Consumo

Antes de prosseguir com a análise da produção, é necessário examinar as diversas rubricas com que os economistas a associam.

A primeira idéia que de imediato se apresenta, é a seguinte: na produção, os membros da sociedade fazem com que os produtos da natureza tomem formas adequadas às necessidades humanas.

A distribuição determina a proporção (o quantum) de produtos que cabem ao indivíduo; a troca determina a produção, da qual o indivíduo reclama a parte que lhe foi atribuída pela distribuição.

Segundo os economistas, produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um silogismo com todas as regras: a produção é o termo universal, a distribuição e a troca são o termo particular, o consumo é o termo singular com o qual o todo se completa. Há aqui, sem dúvida, umnexo, mas bastante superficial. A produção é determinada por leis gerais da natureza; a distribuição resulta da contingência social e, por isso, pode exercer uma ação mais ou menos estimulante sobre a produção; a troca situa-se entre ambas, como um movimento formalmente social; o ato final do consumo, que é concebido não apenas como resultado, mas também como objetivo final, situa-se, a bem dizer, fora da

economia (a não ser quando, por sua vez, reage sobre o ponto de partida para iniciar um novo processo).

Os adversários dos economistas - tanto os que provêm da Economia Política como os que lhe são estranhos - acusam-nos de dissociarem grosseiramente coisas que constituem um todo, mas colocam-se no mesmo terreno, ou até muito mais abaixo. Com efeito, não há nada mais trivial do que acusar os economistas de considerarem a produção exclusivamente como um fim em si, e alegar que a distribuição é igualmente importante. Esta acusação baseia-se exatamente na concepção dos economistas segundo a qual a distribuição existe à margem da produção, como esfera autônoma e independente. Acusam-nos também de não considerarem os diversos momentos na sua unidade; como se esta dissociação não tivesse passado da realidade para os livros, como se ela tivesse vindo dos livros para a realidade! Como se se tratasse de equilibrar dialeticamente os conceitos, e não de analisar as reações reais!

a) Produção e Consumo

A produção é também imediatamente consumo. Duplo consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que, ao produzir, está desenvolvendo as suas capacidades, está também dispendendo-as, isto é, consome-as no ato da produção, tal como na procriação natural se consomem forças vitais. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção utilizados, os quais se desgastam e se dissolvem em parte (como na combustão, por exemplo) nos seus elementos naturais; do mesmo modo, as matérias-primas utilizadas perdem a sua forma e a sua constituição naturais: são consumidas. Portanto, em todos os seus momentos, o próprio ato da produção é também um ato de consumo. Aliás, os economistas admitem-no. Chamam consumo produtivo à produção que corresponde diretamente ao consumo e ao consumo que coincide imediatamente com a produção. Esta identidade da produção e do consumo remete para a proposição de Espinoza: *determina tio est nega tio*.

No entanto, os economistas apenas estabelecem esta definição de consumo produtivo para dissociarem o consumo correspondente à produção, do consumo propriamente dito - o qual tomam como antítese e destruição da produção.

Analisemos, pois, o consumo propriamente dito.

O consumo é também imediatamente produção do mesmo modo que, na natureza, o consumo dos elementos e substâncias químicas é a produção das plantas. E claro que na nutrição, por exemplo - que é uma forma particular do consumo - o homem produz o seu próprio corpo. Isto é válido para toda a espécie de consumo que, por qualquer forma, produza o homem. Produção consumidora. Porém - objetam os economistas - esta produção equivalente ao consumo é uma segunda produção, surgida da destruição do produto da primeira. Na primeira, o produto objetiva-se; na segunda, é o objeto criado por ele que se personifica. Por isso, a produção consumidora - embora constitua a unidade imediata da produção e do consumo - é essencialmente diferente da produção propriamente dita. Esta unidade imediata, na qual a produção coincide com o consumo e o consumo coincide com a produção, deixa subsistir a dualidade intrínseca de cada um.

Portanto, a produção é imediatamente consumo, e o consumo é imediatamente produção; cada termo é imediatamente o seu contrário. Mas, simultaneamente, há um movimento mediador entre ambos; a produção é intermediária do consumo, cuja matéria cria; sem esta, aquele ficaria privado do seu objeto; por sua vez, o consumo é intermediário da produção, pois proporciona aos seus produtos o sujeito para o qual eles o são (produtos). O produto só atinge o seu *finish* final no consumo. Uma via férrea onde não circulam trens, que não é usada, que não é consumida, pode dizer-se que é imaginária, que não

existe. Sem produção não há consumo; mas sem consumo, também não há produção, pois, nesse caso, a produção seria inútil.

O consumo produz a produção de duas maneiras:

1) na medida em que só no consumo o produto se torna produto. Por exemplo: um terno só se torna realmente um terno quando é vestido; uma casa desabitada não é realmente uma casa. Contrariamente ao simples objeto da natureza, o produto só se afirma como produto, só se torna produto, no consumo. Ao absorver o produto, o consumo dá-lhe o toque final [finish strok e, no ms. de Marx], pois o [resultado] da produção é produto, não como atividade objetivada, mas só como um objeto para o sujeito atuante.

2) na medida em que o consumo cria a necessidade de uma nova produção e, por conseguinte, a condição subjetiva e o móbil interno da produção, a qual é o seu pressuposto. O consumo motiva a produção e cria também o objeto que, ao atuar sobre ela, vai determinar a sua finalidade. Verdade que a produção fornece, no seu aspecto manifesto, o objeto do consumo; mas também é evidente que o consumo fornece, na sua forma ideal, o objeto da produção; este surge na forma de imagem interior, de necessidade, de impulso e finalidade. O consumo cria os objetos da produção, mas sob uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade não há produção; ora, o consumo reproduz as necessidades.

Pelo lado da produção, o problema caracteriza-se assim:

1) A produção fornece ao consumo a sua matéria, o seu objeto. Consumo sem objeto não é consumo; neste sentido, a produção cria, produz o consumo.

2) Porém, a produção não fornece apenas um objeto de consumo; dá-lhe também o seu caráter específico e determinado, dá-lhe o toque final -tal como o consumo dá ao produto o toque final que converte uma vez por todas em produto. Em suma, o objeto não é um objeto em geral, mas sim, um objeto bem determinado e que tem de ser consumido de uma maneira determinada, a qual, por sua vez, tem que ser mediada pela própria produção. A fome é a fome, mas a fome que é saciada com carne cozida e consumida com faca e garfo é diferente da fome do que devora carne crua e a come com a mão, com unhas e dentes. Por conseguinte, o que a produção produz objetiva e subjetivamente não é só o objeto do consumo; é também o modo de consumo. A produção cria, pois, o consumidor.

3) A produção proporciona não só um objeto material à necessidade, mas também uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo emerge do seu primitivo caráter natural, imediato e tosco - e o permanecer neste estágio resultaria do fato de a produção não ter também ultrapassado o seu estágio natural, primitivo e tosco - passa a ser mediado como impulso pelo objeto: a necessidade que o consumo sente deste último é criada pela percepção do objeto. O objeto de arte - e analogamente, qualquer outro produto - cria um público sensível à arte e capaz de fruição estética. Deste modo, a produção não cria só um objeto para o sujeito; cria também um sujeito para o objeto.

a) fornecendo-lhe a sua matéria; b) determinando o modo de consumo; c) provocando no consumidor a necessidade de produtos que ela criou originariamente como objetos. Por conseguinte, produz o objeto de consumo, o modo de consumo e o impulso para consumir. Pelo seu lado, o consumo [cria] a disposição do produtor, solicitando-o como necessidade animada duma finalidade (a produção).

A identidade entre o consumo e a produção reveste-se pois, de um triplo aspecto:

1) Identidade imediata. A produção é consumo: o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo. Os economistas designam ambos por consumo produtivo; estabelecem, no entanto, uma distinção - consideram a primeira como

reprodução, e o segundo como consumo produtivo; todas as investigações sobre a primeira referem-se ao trabalho produtivo e ao trabalho improdutivo; as investigações sobre o segundo tem como objeto o consumo produtivo ou não produtivo.

2) Cada um dos termos surge como mediação do outro e mediado pelo outro. Isto se exprime como uma dependência recíproca, como um movimento através do que se relacionam entre si e se mostram reciprocamente indispensáveis, embora permaneçam exteriores um ao outro. A produção cria a matéria para o consumo, enquanto objeto exterior a este; o consumo cria a necessidade enquanto objeto interno, enquanto finalidade da produção. Sem produção não há consumo; sem consumo não há produção. [Isto] é repetido de inúmeras formas na economia política.

3) A produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo é apenas imediatamente produção; mais: a produção não é simplesmente um meio para o consumo, nem o consumo, simplesmente um fim para a produção -o mesmo é dizer, tão pouco é suficiente o fato de cada um proporcionar ao outro o seu objeto: a produção, o objeto exterior, material, do consumo; o consumo, o objeto ideal da produção. Cada um dos termos não se limita a ser imediatamente o outro, nem o mediador do outro: mais do que isso, ao realizar-se, cria o outro, realiza-se sob a forma do outro. O consumo consome o ato de produção, dando ao produto o seu caráter acabado de produto, dissolvendo-o, absorvendo a sua forma autônoma e material, e desenvolvendo -através da necessidade da repetição -a aptidão para produzir surgida no primeiro ato da produção. O consumo não é pois, apenas, o ato final pelo qual o produto se torna realmente produto: é também o ato pelo qual o produtor se torna realmente produtor. A produção, pelo seu lado, gera o consumo, criando um modo determinado de consumo, originando -sob a forma de necessidade -o desejo e a capacidade de consumo.

Esta identidade (mencionada no ponto 3) é particularmente discutida pela economia política, a propósito da relação entre a oferta e a procura, entre os objetos e as necessidades, entre as necessidades criadas pela sociedade e as necessidades naturais.

Para um hegeliano não é agora mais fácil do que identificar a produção com o consumo. E isso foi feito não só por escritores socialistas, mas até por economistas vulgares (como, por exemplo, Say, quando pensam que, se considerarmos um povo -ou a humanidade in abstracto -a sua produção é igual ao seu consumo. Storch denunciou o erro de Say, notando que um povo, por exemplo, não consome simplesmente a sua produção, que também cria meios de produção, etc., capital fixo, etc. Além do mais, encarar a sociedade como um sujeito único é encará-la de forma falsa, especulativa; para um dado sujeito, produção e consumo surgem como momentos de um mesmo ato. Importa realçar sobretudo que, se se considerar a produção e o consumo como atividades quer dum indivíduo, quer de um grande número de indivíduos [isolados], tanto uma como outra seguem, em qualquer caso, como elementos de um processo no qual a produção é o verdadeiro ponto de partida, sendo, por conseguinte, o fator preponderante. O consumo, enquanto necessidade, é o próprio momento interno da atividade produtiva; mas esta última é o ponto de partida da realização, e portanto também o seu elemento preponderante, isto é: ato pelo qual todo o processo se renova. O indivíduo produz um objeto e, ao consumir o seu produto, regressa ao ponto de partida, procedendo como indivíduo que produz e que se reproduz. Deste modo, o consumo representa um momento da produção.

Em contrapartida, na sociedade, a relação entre o produtor e o produto, uma vez acabado este último, é uma relação exterior; o regresso do objeto ao sujeito depende da contingência das relações que mantêm com os outros indivíduos; ele não se apropria

diretamente do produto; - além do mais, quando produz em sociedade, a finalidade do sujeito não é a apropriação imediata do produto. Entre o produtor e os produtos interpõe-se a distribuição, a qual, mediante leis sociais, determina a parte do mundo dos produtos que cabe aquele; inter-põe-se, portanto, entre a produção e o consumo.

Ora bem: Constituirá a distribuição uma esfera autônoma e independente, exterior à produção?

b) Distribuição e Produção

Há um fato que não pode deixar de nos impressionar ao examinarmos os tratados correntes de economia política: neles todas as categorias são apresentadas de duas maneiras; por exemplo, na distribuição figuram a renda imobiliária, o salário, o juro, o lucro, ao passado que a terra, o trabalho e o capital figuram como agentes da produção. No tocante ao capital, vemos à evidência que aparece sob duas formas: 1) como agente da produção; 2) como fonte de rendimento, isto é: como elemento determinante de certas formas de distribuição. Por isso que o juro e o lucro figuram também na produção, pois são formas de que se reveste o crescimento do capital, quer dizer, são momentos da sua própria produção. Na qualidade de formas da distribuição, juro e lucro pressupõem o capital como agente da produção.

São igualmente modos de reprodução do capital.

De modo análogo, o salário é o trabalho assalariado considerado noutra rubrica: o caráter determinado que o trabalho possui aqui como agente da produção surge além como determinação da distribuição. Se não estivesse determinado como trabalho assalariado, o modo como o trabalho participa na repartição dos produtos não adquiriria a forma de salário; veja-se o caso da escravatura. Finalmente, - se considerarmos a renda imobiliária - que é a forma mais desenvolvida sob a qual a propriedade da terra participa na distribuição dos produtos - vemos que ela pressupõe a grande propriedade agrária (ou melhor a grande agricultura) como agentes de produção e não a terra pura e simples, tal como o salário não pressupõe o puro e simples trabalho.

Por conseguinte, as relações e os modos de distribuição aparecem muito simplesmente como o reverso dos agentes de produção: um indivíduo que contribui para a produção com o seu trabalho assalariado participa, sob a forma de salário, na repartição dos produtos criados pela produção. A estrutura da distribuição é completamente determinada pela estrutura da produção. A própria distribuição é um produto da produção, tanto no que se refere ao seu objeto (pois só se podem distribuir os resultados da produção) como no que se refere à sua forma (posto que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é: a forma sob a qual se participa na distribuição). Por conseguinte, é uma rematada ilusão circunscrever a terra à produção, a renda imobiliária à distribuição, etc.

Economistas como Ricardo, a quem se reprova com freqüência o fato de apenas terem em vista a produção definem a distribuição como o único objeto da economia. Na verdade, consideravam instintivamente que são as formas de distribuição que melhor exprimem as relações dos agentes de produção numa dada sociedade.

Para o indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social que determina a sua posição no seio da produção, isto é: no quadro em que produz e que, portanto, precede a produção. Ao nascer, o indivíduo não tem capital nem propriedade agrária; logo que nasce é condenado, pela distribuição social, ao trabalho assalariado. Na realidade, o próprio fato de a tal ser condenado, resulta do fato de o capital e a propriedade agrária serem agentes autônomos da produção.

Mesmo à escala das sociedades na sua globalidade, a distribuição parece preceder e determinar, até certo ponto, a produção - surge, de certo modo, como um fato pré-econômico. Um povo conquistador reparte a terra entre os conquistadores; deste modo impõe uma certa repartição e uma forma dada de propriedade agrária: determina, desse modo, a produção. Ou então reduz os conquistados à escravatura, e baseia a sua produção no trabalho escravo. Ou então, um povo revolucionário pode parcelarizar a grande propriedade territorial e, mediante esta nova distribuição, dar um caráter novo à produção. Ou então, a legislação pode perpetuar a propriedade agrária nas mãos de certas famílias; ou faz do trabalho um privilégio hereditário para fixar num regime de castas. Em todos estes exemplos, extraídos da história, a estrutura da distribuição não parece ser determinada pela produção; pelo contrário, é a produção que parece ser estruturada e determinada pela distribuição.

Segundo a concepção mais simplista, a distribuição apresenta-se como distribuição dos produtos, como se estivesse afastada da produção e, por assim dizer, quase independente dela. Porém, antes de ser distribuição de produtos, é: 1) distribuição de instrumentos de produção; 2) distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes ramos da produção - e esta é uma definição mais ampla da relação anterior (consideração dos indivíduos em determinadas relações de produção). Manifestamente, a distribuição dos produtos não é mais do que resultado desta distribuição, que está incluída no próprio processo de produção e determina a estrutura da produção. Se não se tiver em conta a última distribuição, englobada na produção, esta aparece, evidentemente, como uma abstração oca; na verdade, a distribuição dos produtos é determinada por esta distribuição, a qual, na sua origem, é um fator de produção. Ricardo, que se esforçou por analisar a produção moderna na sua estrutura social determinada e que é o economista da produção por excelência, declara, precisamente por essa razão, que o verdadeiro tema da economia moderna não é a produção, mas sim a distribuição. Eis mais uma evidência da inépcia dos economistas que encaram a produção como uma verdade eterna e relegam a história para o domínio da distribuição.

Sem dúvida que a relação entre esta distribuição determinante da produção e a própria produção constitui um problema situado também no quadro da produção. Poder-se-ia replicar: posto que a produção parte necessariamente de uma dada distribuição de meios de produção, pelo menos a distribuição assim entendida precede a produção e constitui a sua condição prévia. Responder-se-ia então que a produção tem efetivamente as suas próprias condições e premissas que constituem os seus próprios momentos. À primeira vista, pode parecer que estas condições são fatos naturais, mas o próprio processo da produção transforma-os de naturais em históricos: e, para um dado período, aparecem como condições naturais da produção, para outro período aparecem como o seu resultado histórico. Estes momentos são constantemente modificados no interior da própria produção; a introdução das máquinas, por exemplo, modificou tanto a distribuição dos instrumentos de produção como a dos produtos; a grande propriedade latifundiária moderna é o resultado, tanto do comércio e da indústria modernos, como da aplicação desta última à agricultura.

Em última análise, as questões formuladas reduzem-se a uma só: qual é o efeito das condições históricas sobre a produção, e qual a relação entre esta e o movimento histórico em geral? Manifestamente, este problema depende da discussão e da análise desenvolvida da própria produção. Não obstante, dada a forma trivial sob que acima foram postas as questões, podemos resolvê-lo expeditamente. Todas as conquistas supõem três possibilidades: ou o povo conquistador impõe ao conquistado o seu próprio modo de

produção (é o que os ingleses fazem atualmente na Irlanda e parcialmente na Índia); ou então deixa subsistir o antigo e contenta-se com um tributo (por exemplo, os Turcos e os Romanos); ou, por fim, produz-se uma ação recíproca, de que resulta uma forma nova, uma síntese (em parte, nas conquistas germânicas). Em qualquer dos casos o modo de produção - seja ele o do povo conquistador, o do povo conquistado ou o resultado da fusão de ambos - é determinante para a nova distribuição que se estabelece. Mesmo que esta se apresente como condição prévia para o novo período de produção, ela é já de si um produto da produção - não só da produção histórica em geral, mas de uma produção histórica determinada. Por exemplo, ao devastarem a Rússia, os mongóis agiram de acordo com a sua produção - a criação de gado - que apenas exigia grandes pastagens, para as quais os grandes espaços desabitados são uma condição fundamental. Os bárbaros germanos, que viviam isolados nos campos e cuja produção tradicional se baseava no trabalho agrícola realizado por servos, puderam submeter as províncias romanas às suas condições tanto mais facilmente quanto a concentração da propriedade da terra por que essas províncias tinham passado alterara já completamente as antigas condições agrárias.

E verdade que em certas épocas se viveu unicamente da pilhagem; no entanto, para haver pilhagem é necessário que haja qualquer coisa para pilhar, quer dizer, produção. E o modo de pilhagem é, também ele determinado pelo modo de produção; não se pode pilhar uma nação de especuladores de Bolsa da mesma maneira que se pilha uma nação de criadores de gado. Quando se rouba um escravo, rouba-se diretamente um instrumento de produção; porém, é necessário que a estrutura produtiva do país a que se destina o escravo roubado admita o trabalho dos escravos, caso contrário (como na América do Sul, etc.) terá que se criar um modo de produção que corresponda à escravatura.

As leis podem perpetuar nas mãos de algumas famílias a propriedade de um instrumento de produção, por exemplo, a terra. Estas leis só adquirem significado econômico quando a grande propriedade agrária se encontra em harmonia com a produção social, como na Inglaterra, por exemplo. Em França praticava-se a pequena agricultura; apesar da existência da grande propriedade: por isso, esta última fase foi destruída pela Revolução. Mas - e a perpetuação, por meio de leis, do parcelamento das terras, por exemplo? A propriedade concentra-se de novo, apesar das leis. Determinar mais em particular a influência das leis na manutenção das relações de distribuição, e a sua influência, por conseguinte, na produção.

c) Troca e Produção

A circulação propriamente dita ou não é mais do que um momento determinado da troca, ou é a troca considerada na sua totalidade. Na medida em que a troca não é mais do que um momento mediador entre, por um lado, a produção e a distribuição que aquela determina e, por outro lado, o consumo - e dado que o próprio consumo aparece também como um momento da produção - é evidente que a troca se inclui na produção, e é também um seu momento.

Em primeiro lugar, é evidente que a permuta de atividades e capacidades que ocorre no interior da produção faz diretamente parte desta última - é até um dos seus elementos essenciais. Em segundo lugar,

o mesmo se aplica à troca de produtos, pois esta é um meio que permite fornecer o produto acabado, destinado ao consumo imediato. No que até agora vimos, a troca é um ato incluído na produção. Em terceiro lugar, a chamada *exchange* entre *dealers* é, dada a

sua organização, completamente determinada pela produção; representa uma atividade produtiva.

Somente na sua última fase - no momento em que o produto é trocado para ser consumido imediatamente - é que a troca se apresenta independente e exterior à produção e, por assim dizer, indiferente a esta. Porém observamos que: 1) não existe troca sem divisão do trabalho, quer esta seja natural, quer seja um resultado histórico; 2) a troca privada pressupõe a produção privada; 3) a intensidade da troca, assim como a sua extensão e a sua estrutura, são determinadas pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. Por exemplo, a troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade, etc. Portanto, a produção compreende e determina diretamente a troca em todas as suas formas.

A conclusão a que chegamos não é de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos; concluímos, sim, que cada um deles é um elemento de um todo, e representa diversidade no seio da unidade. Visto que se determina contraditoriamente a si própria, a produção predomina não apenas sobre

o setor produtivo, mas também sobre os demais elementos; é a partir dela que o processo sempre se reinicia. E evidente que nem a troca nem o consumo podiam ser os elementos predominantes. O mesmo se verifica em relação à distribuição tomada como distribuição dos produtos; e se a somarmos como distribuição dos agentes de produção, ela é um momento da produção. Por conseguinte, uma dada produção determina um dado consumo, uma dada distribuição e uma dada troca; determina ainda as relações recíprocas e bem determinadas entre esses diversos elementos. Sem dúvida que a produção em sentido estrito é também determinada pelos outros elementos. Assim, quando o mercado - esfera da troca - se expande, a produção aumenta de volume e divide-se ainda mais. Quando o capital se concentra, ou quando se modifica a distribuição dos habitantes entre a cidade e o campo, etc., a produção modifica-se devido a essas notificações de distribuição. Por último, as necessidades de consumo influem na produção. Existe uma interação de todos estes elementos: isto é próprio de um todo orgânico.

3. O Método da Economia Política

Ao estudarmos um determinado país do ponto de vista da sua economia política, começamos por analisar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc.

Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc.

Por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população - desta vez não teríamos uma idéia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações.

Tal foi historicamente, a primeira via adotada pela economia política ao surgir. Os economistas do século XVII, por exemplo, partem sempre do todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; no entanto, acabam sempre por descobrir, mediante a análise, um certo número de relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Uma vez fixados e mais ou menos elaborados estes fatores começam a surgir os sistemas econômicos que, partindo de noções simples - trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca - se elevam até ao Estado, à troca entre nações, ao mercado universal. Eis, manifestamente, o método científico correto.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. Eis por que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo; ao passo que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma de concreto pensado; porém, não é este de modo nenhum o processo de gênese do concreto em si. Com efeito, a mais simples categoria econômica - por exemplo, o valor de troca - supõe uma população, população essa que produz em condições determinadas; supõe ainda um certo tipo de família, ou de comunidade, ou de Estado, etc. Tal valor não pode existir nunca senão sob a forma de relação unilateral e abstrata, no seio de um todo concreto e vivo já dado. Pelo contrário, como categoria, o valor de troca tem uma existência anti-diluviana.

Assim, para a consistência filosófica - que considera que o pensamento que concebe é o homem real, e que, portanto, o mundo só é real quando concebido - para esta consciência, é o movimento das categorias que lhe aparece com um verdadeiro ato de produção (o qual recebe do exterior um pequeno impulso, coisa que esta consciência só muito a contra gosto admite que produz o mundo. Isto é exato (embora aqui nos vamos encontrar com uma nova tautologia), na medida em que a totalidade concreta, enquanto totalidade do pensamento, enquanto concreto do pensamento é in fact um produto do pensamento, do ato de conceber; não é de modo nenhum, porém, produto do conceito que pensa e se gera a si próprio e que atua fora e acima da intuição e da representação; pelo contrário, é um produto do trabalho de elaboração, que transforma a intuição e a representação em conceitos. O todo, tal como aparece na mente como um todo pensamento, é produto da mente que pensa e se apropria do mundo do único modo que lhe é possível; modo que difere completamente da apropriação desse mundo na arte, na religião, no espírito prático. O sujeito real conserva a sua autonomia fora da mente, antes e depois, pelo menos durante o tempo em que o cérebro se comporte de maneira puramente especulativa, teórica. Por consequência, também no método teórico é necessário que o sujeito - a sociedade - esteja constantemente presente na representação como ponto de partida.

Mas não terão também estas categorias simples uma existência histórica ou natural autônoma anterior às categorias concretas? Ça dépend; Hegel, por exemplo, tem razão em começar a sua Filosofia do Direito pela posse, a mais simples das relações jurídicas entre indivíduos; ora não existe posse antes da família ou das relações de servidão e

dominação, que são relações muito mais concretas; em contrapartida, seria correto dizer que existem famílias e tribos que se limitam a possuir, mas que não têm propriedade. A categoria mais simples relativa à posse aparece, portanto, como uma relação de simples comunidades familiares ou de tribos; numa sociedade mais avançada, aparece como a relação mais simples de uma organização mais desenvolvida; porém, está sempre implícito o sujeito concreto cuja relação é a posse. Podemos imaginar um selvagem isolado que seja possuidor, mas, neste caso, a posse não é uma relação jurídica. Não é exato que, historicamente, a posse evolua até à família; pelo contrário, a posse pressupõe sempre a existência dessa "categoria jurídica mais concreta".

Seja como for, não deixa de ser verdade que as categorias simples são expressão de relações nas quais o concreto menos desenvolvido pode já ter-se realizado sem estabelecer ainda a relação ou o vínculo mais multilateral expresso teoricamente na categoria mais correta; esta categoria simples pode substituir como relação secundária quando a entidade concreta se encontra mais desenvolvida. O dinheiro pode existir, e de fato existiu historicamente, antes do capital, dos bancos, do trabalho assalariado, etc.; deste ponto de vista pode afirmar-se que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo não desenvolvido, ou relações secundárias de um todo mais desenvolvido, relações essas que já existiam historicamente antes de o todo se ter desenvolvido no sentido expresso por uma categoria _mais concreta. Só então o percurso do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real.

Por outro lado, podemos afirmar que existem formas de sociedade muito desenvolvidas, embora historicamente imaturas; nelas encontramos as formas mais elevadas da economia, tais como a cooperação, uma desenvolvida divisão do trabalho, etc., sem que exista qualquer espécie de dinheiro; tal é o caso do Peru. Assim também, nas comunidades eslavas, o dinheiro e a troca que o condiciona não aparecem, ou aparecem muito raramente no seio de cada comunidade, mas já surgem nos seus confins, no tráfico com outras comunidades. De aqui que seja em geral errado situar a troca interna à comunidade como o elemento constitutivo originário. A princípio, a troca surge de preferência nas relações entre comunidades, mais do que nas relações entre indivíduos no interior de uma única comunidade.

Além disso, se bem que o dinheiro tenha desempenhado desde muito cedo um papel múltiplo, na Antiguidade só pertence, como elemento dominante, a certas nações unilateralmente determinadas, a nações comerciais; e até na própria antiguidade mais evoluída, na Grécia e em Roma, o dinheiro só vem a alcançar o seu pleno desenvolvimento - um dos pressupostos da sociedade burguesa moderna - no período da dissolução.

Por conseguinte, esta categoria inteiramente simples, só aparece historicamente em toda a sua intensidade nas condições mais desenvolvidas da sociedade. Mas não impregna de maneira nenhuma todas as relações econômicas; no apogeu do Império Romano, por exemplo, o tributo e as prestações em gêneros continuavam a ser fundamentais; o dinheiro propriamente dito só estava completamente desenvolvido no exército. Nunca chegou a dominar na totalidade da esfera do trabalho.

De modo que - embora historicamente a categoria mais simples possa ter existido antes da categoria mais concreta - ela só pode pertencer, no seu pleno desenvolvimento intensivo e extensivo, a uma forma de sociedade complexa, ao passo que a categoria mais concreta se encontrava mais desenvolvida numa forma de sociedade mais atrasada.

O trabalho parece ser uma categoria muito simples; e a idéia de trabalho nesse sentido - isto é trabalho, sem mais - é muito antiga. No entanto, tomando esta sua simplicidade do ponto de vista econômico, o "trabalho" é uma categoria tão moderna como as relações que originam esta mesma abstração simples. O monetarismo, por exemplo - de forma perfeitamente objetiva situava ainda a riqueza no dinheiro, considerando - a como algo de exterior. Relativamente a isto, operou-se um grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial passou a situar a fonte de riqueza, não no objeto, mas na atividade subjetiva - o trabalho, manufatureiro ou comercial - embora continuasse a conceber esta atividade apenas como atividade limitada produtora de dinheiro. Com relação a este sistema, o dos fisiocratas [realiza novo progresso e] situa a fonte de riqueza numa forma determinada de trabalho - o trabalho agrícola; além disso, concebia o objeto não como a forma exterior do dinheiro, mas como produto enquanto tal, como resultado geral do trabalho. Mesmo assim, dado o caráter limitado da atividade, este produto continua a ser um produto determinado da natureza, quer dizer, um produto agrícola, produto da terra par excellence, Progrediu-se imenso quando Adam Smith rejeitou toda e qualquer especificação acerca das formas particulares da atividade criadora de riqueza, considerando-a como trabalho puro e simples, isto é, nem trabalho manufatureiro, nem trabalho comercial, nem trabalho agrícola, mas qualquer deles, indiferentemente; a esta universalidade da atividade criadora de riqueza corresponde a universalidade do objeto enquanto riqueza -produto em geral, quer dizer trabalho em geral, embora [neste caso] se trate de trabalho passado, objetivado. A dificuldade e a importância desta transição para a nova concepção, está patente no fato de o próprio Adam Smith, aqui e ali, pender para o sistema fisiocrático.

Poderia agora parecer que se encontrou muito simplesmente a expressão abstrata da mais antiga e mais simples relação que, na sua qualidade de produtores, os homens estabeleceram entre si - e isto independentemente da forma da sociedade. Isto é verdadeiro num sentido, e falso noutro. Com efeito, a indiferença em relação a toda a forma particular de trabalho supõe a existência de um conjunto muito diversificado de gêneros reais de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os outros. Assim as abstrações mais gerais apenas podem surgir quando surge o desenvolvimento mais rico do concreto, quando um elemento aparece como o que é comum a muitos, como comum a todos. Então, já não pode ser pensado unicamente como forma particular. Por outro lado, esta abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de um todo concreto de trabalhos: a indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho para outro, sendo para eles fortuito - e portanto indiferente -o gênero determinado do trabalho. Nestas condições, o trabalho transformou-se -não só como categoria, mas na própria realidade - num meio de produzir riqueza em geral e, como determinação já não está adstrito ao indivíduo como sua particularidade. Este estado de coisas atingiu o seu maior desenvolvimento na forma mais moderna das sociedades burguesas -os Estados Unidos; conseqüentemente, só nos Estados Unidos a categoria abstrata "trabalho", "trabalho em geral", trabalho sans phrase - ponto de partida da economia moderna - se tornou uma verdade prática. Deste modo, a abstração mais simples - que a economia moderna põe em primeiro plano, como expressão de uma relação antiqüíssima e válida para todas as formas de sociedade - só vem a aparecer como verdade prática-e com este grau de abstração - enquanto categoria da sociedade moderna.

Poder-se-ia dizer que a indiferença em relação a toda a forma determinada de trabalho, que nos Estados Unidos é um produto histórico, se manifesta entre os russos, por exemplo, como uma disposição natural. Contudo, há uma diferença considerável entre bárbaros aptos para qualquer trabalho e civilizados que por si próprios se dedicam a tudo; além disso, esta indiferença em relação a qualquer forma determinada de trabalho corresponde na prática, entre os russos, à sua sujeição tradicional a um trabalho bem determinado, a que só podem arrancá-los influências exteriores. Este exemplo do trabalho mostra com clareza que as categorias mais abstratas, embora sejam válidas para todas as épocas (devido à sua natureza abstrata, precisamente), são também - no que a sua abstração tem de determinado - o produto de condições históricas e só são plenamente válidas para estas condições e dentro dos seus limites.

A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. As categorias que exprimem as relações desta sociedade, e que permitem compreender a sua estrutura, permitem-nos ao mesmo tempo entender a estrutura e as relações de produção das sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se ergueu, cujos vestígios ainda não superados continua a arrastar consigo, ao mesmo tempo que desenvolve em si a significação plena de alguns indícios prévios, etc. A anatomia do homem dá-nos uma chave para compreender a anatomia do macaco. Por outro lado as virtualidades que anunciam uma forma superior nas espécies animais inferiores só pode ser compreendidas quando a própria forma superior é já conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa dá-nos a chave da economia da Antiguidade, etc., - embora nunca à maneira dos economistas, que suprimem todas as diferenças históricas e vêm a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Podemos compreender o tributo, a dizima, etc., quando conhecemos a renda fundiária; mas não há razão para identificar uns com a outra. Além disso, como a sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento histórico, certas relações pertencentes a sociedades anteriores só aparecem nesta sociedade de maneira atrofiada, ou mesmo disfarçada. Por exemplo, a propriedade comunal. Por conseguinte, sendo embora verdade que as categorias da economia burguesa são até certo ponto válidas para todas as outras formas de sociedade, tal deve ser admitido cum grano salis; podem conter essas formas de um modo desenvolvido, ou atrofiado, ou caricaturado, etc.; porém, existirá sempre uma diferença essencial. A invocação da chamada evolução histórica repousa geralmente no fato de que a última forma de sociedade considera as outras como simples etapas que a ela conduzem e, dado que só em raras ocasiões, só em condições bem determinadas, é capaz de fazer a sua própria crítica - não falamos, claro, dos períodos históricos que se consideram a si próprios como uma época de decadência -concebe sempre essas etapas de um modo unilateral. A religião cristã só pode contribuir para que se compreendessem de um modo objetivo as mitologias anteriores, quando se prontificou até certo ponto, por assim dizer virtualmente, a fazer a sua própria auto-crítica. Do mesmo modo, a economia burguesa só ascendeu à compreensão das sociedades feudal, clássica e oriental, quando começou a criticar-se a si própria. A crítica a que a economia burguesa submeteu as sociedades anteriores -especialmente o feudalismo, contra o qual a burguesia teve de lutar diretamente -assemelha-se a crítica do paganismo pelo cristianismo, ou até à do catolicismo pelo protestantismo -isto quando não se identificou pura e simplesmente com o passado, fabricando a sua própria mitologia.

Como, em geral, em toda a ciência histórica, social, ao observar o desenvolvimento das categorias econômicas há que ter sempre presente que o sujeito -neste caso a sociedade burguesa moderna - é algo dado tanto na realidade como na mente; e que, por

consequente, essas categorias exprimem formas e modos de existência, amiudadamente simples aspectos desta sociedade, deste sujeito; e que, portanto, mesmo do ponto de vista científico, esta sociedade não começa a existir de maneira nenhuma apenas a partir do momento em que se começa a falar dela como tal. uma regra a fixar, pois dá-nos elementos decisivos para o [nosso] plano [de estudo]. Por exemplo, parecia naturalíssimo começar [a nossa análise] pela renda imobiliária, pela propriedade agrária, pois estão ligadas à terra, fonte de toda a produção e de toda a existência, e também àquela que foi a primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estabilizadas - a agricultura; ora, nada seria mais errado do que isto; em todas as formações sociais, existe uma produção determinada que estabelece os limites e a importância de todas as outras e cujas relações determinam, portanto, os limites e importância das outras todas. E a iluminação geral que banha todas as cores e modifica as suas tonalidades particulares. como um éter particular que determina o peso específico de todas as formas de existência que nele se salientam.

Consideremos por exemplo os povos de pastores (os povos de simples caçadores e sacadores não atingiram ainda o ponto em que começa o verdadeiro desenvolvimento). Encontramos nestes povos uma forma esporádica de agricultura. Desse modo se determina a propriedade agrária. Esta propriedade é comum e conserva mais ou menos esta forma, consoante estes povos estão mais ou menos ligados às suas tradições: é o caso da propriedade comunal entre os Eslavos.

Nos povos que praticam a agricultura sedentária - e a sedentarização é já um progresso importante - e em que predomina essa atividade, como na Antiguidade e na sociedade feudal, a própria indústria, bem como a sua organização e as formas de propriedade que lhe correspondem, reveste-se - em maior ou menor grau - do caráter da propriedade agrária; a indústria, ou depende completamente da agricultura, como na Roma Antiga ou reproduz, na cidade, a organização e as relações do campo, como na Idade Média; o próprio capital - à exceção do puro e simples capital monetário - reveste-se na Idade Média, na forma de instrumentos de trabalho artesanal, etc., desse caráter de propriedade agrária. Na sociedade burguesa sucede o contrário: a agricultura transforma-se cada vez mais num simples ramo industrial, e é completamente dominada pelo capital. O mesmo se passa com a renda agrária. Em todas as formas de sociedade em que domina a propriedade agrária, a relação com a natureza é ainda preponderante. Em contrapartida, naqueles em que domina o capital, são [preponderantes] os elementos socialmente, historicamente criados. Não se pode compreender a renda imobiliária sem o capital, mas pode-se compreender o capital sem a renda imobiliária. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, potência que domina tudo; constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada, e deve, portanto, ser analisado antes da propriedade agrária; uma vez analisado cada um em particular devem ser estudadas as suas relações recíprocas.

Por conseguinte, seria impraticável e errado apresentar a sucessão das categorias econômicas pela ordem que foram historicamente determinantes; a sua ordem, pelo contrário, é determinada pelas relações que mantêm entre si na moderna sociedade burguesa, ordem essa que é exatamente a inversa da que parece ser a sua ordem natural ou a do seu desenvolvimento histórico. Não está em causa a posição que as relações econômicas ocupam historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade; nem tampouco a sua ordem de sucessão "na idéia" (Proudhon), (uma representação nebulosa do movimento histórico). O que nos interessa é a sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa.

Os povos comerciantes - Fenícios, Cartagineses - surgiram em toda a sua pureza no mundo antigo; esta pureza (caráter determinado abstrato) deve-se precisamente à própria predominância dos povos agricultores; o capital, comercial ou monetário, aparece justamente sob esta forma abstrata sempre que o capital não é ainda o elemento dominante das sociedades. Lombardos e Judeus ocupam uma posição semelhante relativamente às sociedades medievais que praticam a agricultura.

Outro exemplo [ilustrativo] das posições diferentes que as mesmas categorias ocupam em diferentes estágios da sociedade: as sociedades por ações (joint -stock -companies), uma das mais recentes instituições da sociedade burguesa, apareciam já no dealbar da era burguesa, nas grandes companhias mercantis que gozavam de privilégios e monopólios.

O próprio conceito da riqueza nacional insinua-se nos economistas do século XVII - e subsiste em parte nos do século XVIII - sob um aspecto tal que a riqueza aparece como criada exclusivamente para o Estado, cujo poder é proporcional a essa riqueza. Esta era uma forma, ainda inconscientemente hipócrita, sob a qual se anunciava a riqueza e a sua produção como o objetivo dos Estados modernos, considerados unicamente como meios de produzir riqueza.

Estabelecer claramente a divisão [dos nossos estudos] de maneira tal que [se tratem]:

1) As determinações abstratas gerais mais ou menos válidas para todas as formas de sociedade, mas no sentido atrás exposto.

2) As categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa, sobre as quais repousam as classes fundamentais. O capital, o trabalho assalariado, a propriedade agrária; as suas relações recíprocas. A cidade e o campo. As três grandes classes sociais; a troca entre estas. A circulação. O crédito (privado).

3) Síntese da sociedade burguesa, sob a forma de Estado, considerada em relação consigo própria. As classes "improdutivas". Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A emigração.

4) As relações internacionais da produção. A divisão internacional. A exportação e a importação. Os câmbios.

5) O mercado mundial e as crises.

4. Produção. Meios (Forças) de Produção e Relações de Produção. Relações de Produção e Relações de Circulação.

Nota bene: pontos que é necessário tratar aqui e não devem ser esquecidos:

1. A Guerra; a organização da guerra é anterior à paz; mostrar como certas relações econômicas, tais como o trabalho assalariado, a maquinaria, etc., são desenvolvidas pela guerra e no interior dos exércitos antes de se desenvolverem no seio da sociedade burguesa. Do mesmo modo, o exército ilustra particularmente bem a relação entre as forças produtivas e os modos de troca e de distribuição.

2. Relação entre a história real e a concepção idealista da história. Em particular as chamadas "Histórias da civilização", que são as histórias da religião e dos Estados. Em relação a isto, referir os diversos tipos de historiografia praticados até hoje: a citada objetiva, a subjetiva (moral, filosófica, etc.).

Fenômenos secundários e terciários. Relações de produção não originais, geralmente derivadas, transportes; intervenções das relações internacionais.

3. Objeções ao materialismo desta concepção. Relação com o materialismo naturalista.

4. Dialética dos conceitos de força produtiva (meios de produção) e de relações de produção, dialética cujos limites havia que precisar, e que não deve eliminar as diferenças existentes na realidade.

5. A relação desigual entre o desenvolvimento da produção material e a artística, por exemplo. De um modo geral, não tomar a idéia do progresso na sua forma abstrata corrente. A arte moderna, etc.; a desigualdade é menos importante e mais fácil de entender do que a que se produz no interior das relações sociais práticas, por exemplo a cultura. Relação entre os Estados Unidos e a Europa. A dificuldade aqui reside em determinar como é que as relações de produção e as relações jurídicas correspondentes seguem um desenvolvimento desigual; um exemplo: a relação entre o direito privado romano (não é bem o caso do direito criminal nem do direito público) e a produção moderna.

6. Esta concepção surge como um desenvolvimento necessário. Mas justificação do acaso. De que modo

7. Os fatores naturais, que representam, evidentemente, o ponto de partida; subjetivamente e objetivamente. Tribos, raças, etc.

1. Com relação à arte. Sabemos que certas épocas de florescimento artístico não correspondem de modo algum à evolução geral da sociedade nem, por conseguinte, ao desenvolvimento da sua base material, que é, por assim dizer, a sua ossatura. Por exemplo os Gregos, ou até Shakespeare, comparados com os modernos. Para certas formas de arte, -a epopéia, por exemplo -admite-se mesmo que não poderiam ter sido produzidas na forma clássica com que fizeram escola, isto é: no momento em que a produção artística se expressa naquela forma; admite-se portanto que, no próprio domínio da arte, certas obras importantes só são possíveis num estágio pouco desenvolvido da evolução da arte. Se isto é verdadeiro para a relação entre os diversos gêneros artísticos no interior do próprio domínio da arte, não é surpreendente encontrar as mesmas desigualdades entre a evolução da arte em geral e a evolução geral da sociedade. A única dificuldade consiste em dar uma formulação geral a estas contradições; porém, uma vez especificadas, estarão explicadas. Tomemos por exemplo, primeiro a arte grega, e depois Shakespeare, na sua relação com a época contemporânea.

Sabemos que a mitologia grega foi não só o arsenal, mas também a terra que alimentou a arte grega. A concepção da natureza e das relações sociais que a imaginação, e portanto a [mitologia] gregas inspiram, serão compatíveis com as máquinas automáticas de fiar, com as locomotivas, com o telégrafo elétrico? Que representam Vulcano ao pé de Roberts & Ca., Júpiter comparado com o pára-raios, Hermes frente ao Crédito Mobiliário? É na imaginação e através da imaginação que a mitologia supera, domina e modela as forças da natureza; quando, na realidade, essas forças são dominadas, a mitologia desaparece. O que seria da Fama em confronto com a Printing-House Square?

A arte grega supõe a mitologia grega, quer dizer, a natureza e as formas da sociedade, já elaboradas pela imaginação popular, ainda que de uma maneira inconscientemente artística. São estes os seus materiais. A arte grega, portanto, não se apoia numa mitologia qualquer, isto é, numa maneira qualquer de transformar, ainda que inconscientemente, a natureza em arte (a palavra natureza designa aqui tudo o que é objetivo, e portanto também a sociedade). De modo nenhum a mitologia egípcia poderia ter gerado a arte grega; nem poderia ter gerado uma sociedade que tivesse alcançado um nível de

desenvolvimento capaz de excluir as relações mitológicas com a natureza exigindo do artista uma imaginação independente da mitologia. Trata-se de uma mitologia que proporciona o terreno favorável ao florescimento da arte grega.

Por outro lado: será Aquiles compatível com a idade da pólvora e do chumbo? Ou, em resumo, a *Iliada* com a imprensa, ou melhor, com a máquina de imprimir? O canto, a lenda, as musas, não desaparecerão necessariamente ante a barra do tipógrafo? Não desapareceram já as condições favoráveis à poesia épica?

No entanto, a dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopéia estão ligadas a certas formas de desenvolvimento social; está sim no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético, e de serem para nós, em certos aspectos, uma norma e até um modelo inacessíveis. Um homem não pode voltar a ser criança, a não ser que caia na puerilidade. Porém, não é verdade que é sensível à inocência da criança, e que, a outro nível, deve aspirar a reproduzir a sinceridade da criança? Não é verdade que o caráter de cada época, a sua verdade natural, se reflete na natureza infantil? Por que motivo então a infância histórica da humanidade, o momento do seu pleno florescimento, não há de exercer o encanto eterno, próprio dos momentos que não voltam a acontecer? Há crianças deficientemente educadas, e crianças que crescem demasiado depressa: a maior parte dos povos da antiguidade incluíam-se nesta categoria. Os Gregos eram as crianças normais. O encanto que encontramos nas suas obras de arte não é contrariado pelo débil desenvolvimento da sociedade em que floresceram. Pelo contrário, é uma consequência disso; é inseparável das condições de imaturidade social em que essa arte nasceu - em que só poderia ter nascido - e que nunca mais se repetirão.

Instrumento de Mapeamento Estratégico I

Aos membros do Grupo:

NA SUA OPINIÃO,

01. Quais são as maiores forças do trabalho de Economia Solidária na sua instituição(ambiente interno)?

02. Quais são as principais fraquezas (ambiente interno)?

03. Quais são as maiores oportunidades que se apresentam para a implementação deste trabalho nos próximos anos (ambiente externo)?

04. Quais são as principais ameaças ou riscos ao desempenho das políticas de Economia Solidária nos próximos anos (ambiente externo)?

05. Quais são as três tarefas mais importantes que sua instituição deve realizar nos próximos anos? Por que são importantes?

Nome:

Cargo:

MAPEAMENTO DO AMBIENTE - Quadro 1

INSTRUÇÕES

1) O coordenador do grupo encaminha a cada um dos membros do grupo o Instrumento de Mapeamento Estratégico do Ambiente, apresentado a seguir. As respostas devem ser sucintas, itemizadas e dadas na perspectiva do *trabalho como um todo* e não na de um setor em particular.

2) As seguintes definições devem ser consideradas para o correto preenchimento:

2.1. Análise do Ambiente Interno do trabalho:

a) Forças (ou pontos fortes): aquilo que já se faz bem. São variáveis que a instituição controla, isto é, tem governabilidade sobre elas, e executa bem. Exemplos de forças: boa imagem do trabalho junto à comunidade; bom sistema de informações gerenciais; colaboradores comprometidos; liderança forte e atuante; cultura de planejamento; qualidade e compromisso do corpo técnico; experiência acumulada, etc;

b) Fraquezas (ou pontos fracos): aquilo que deveria estar sendo feito e não está ou não está sendo feito bem. São variáveis que a instituição controla, mas executa mal. Os pontos fracos devem ser entendidos com a conotação positiva de oportunidades de melhoria. Exemplos de fraquezas: ausência de objetivos e metas claras; desmotivação dos colaboradores; clima de desconfiança; ausência de um sistema de informações gerenciais; liderança fraca; acompanhamento deficiente dos cooperados, etc.

2.2. Análise do Ambiente Externo ao trabalho:

c) Oportunidades: situações externas à instituição, não controladas por ela, (de natureza política, econômica, social, tecnológica, legal) que, se conhecidas a tempo, podem ser melhor aproveitadas enquanto perduram, dependendo das condições do ambiente interno da instituição. Exemplos de oportunidades: facilidade de acesso a novas

tecnologias; disponibilidade de maior volume de recursos para o trabalho; maior preocupação da comunidade com a qualidade do trabalho, cursos oferecidos; etc;

d) Ameaças (ou riscos): situações externas, não controladas pela instituição, (de natureza política, econômica, social, tecnológica, legal), que se conhecidas a tempo podem ter o seu impacto minimizado. As ameaças são situações que podem se concretizar ou não e seus impactos podem afetar ou não o trabalho, dependendo de suas condições internas de neutralização. Exemplos de ameaças: instabilidade política dos dirigentes; greves; pressão por aumento na produção; falta de autonomia; baixo nível de preparação dos cooperativados ou afins, etc.

Quadro 1 – Consolidação das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

FORÇAS (+)	OPORTUNIDADES (+)
1.	1.
2	2.
3	3.
FRAQUEZAS (-)	AMEAÇAS (-)
1	1.
2	2.
3	3.

Avaliação do curso: Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária

1. Você acabou de participar do curso: Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária. Qual sua Opinião sobre:

1.1 Temas abordados:

- 1. () Muito bom
- 2. () Bom
- 3. () Regular
- 4. () Insuficiente

1.2 Abordagem:

- 1. () Muito bom
- 2. () Bom
- 3. () Regular
- 4. () Insuficiente

1.3 Contribuição para sua Formação:

- 1. () Muito bom
- 2. () Bom
- 3. () Regular
- 4. () Insuficiente

1.4 Organização

- 1. () Muito bom
- 2. () Bom
- 3. () Regular
- 4. () Insuficiente

1.5 Duração:

- 1. () suficiente
- 2. () Insuficiente

1.6 Horário:

- 1. () Adequado
- 2. () Inadequado

1.7 Local:

- 1. () Adequado
- 2. () Inadequado

2. Sua expectativa foi atendida?

- 1. () Sim
- 2. () Não

